

Anais do Seminário "Desenvolvimento do Sudeste Mineiro"



GL
1a
6
2
2007.00076

Anais...

2006

PC - 2007.00076



37715-2



ISSN 1516-7453

Novembro, 2006

*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos 112

Anais do Seminário "Desenvolvimento do Sudeste Mineiro"

José Luiz Bellini Leite
João Batista Tolentino Rodrigues

Edição comemorativa



Juiz de Fora, MG
2006

Embrapa Gado de Leite
Rua Eugênio do Nascimento, 610 - Bairro Dom Bosco
36038-330 Juiz de Fora - MG
Fone: (32)3249-4700
Fax: (32)3249-4751
Home page: <http://www.cnppl.embrapa.br>
E-mail: sac@cnppl.embrapa.br

Embrapa	
Unidade:	<u>Ai - Seede</u>
Valor aquisição:
Data aquisição:	<u>31/01/07</u>
N.º N. Fiscal/Fatura:
Fornecedor:
N.º OCS:
Origem:	<u>Doação</u>
N.º Registro:	<u>00076/07 ex-2</u>

Supervisão editorial: Angela de F.A. Oliveira e José Luiz Bellini Leite
Editoração eletrônica e tratamento das ilustrações: Leonardo Fonseca
Revisor de texto: Newton Luis de Almeida
Normalização bibliográfica: Inês Maria Rodrigues
Arte da capa: Marcella Fernandes Quintela Avila (estagiária)

1ª edição

1ª impressão (2006): 500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

CIP-Brasil. Catalogação-na-publicação.
Embrapa Gado de Leite

Seminário "Desenvolvimento do Sudeste Mineiro" (1. : 2006 : Juiz de Fora, MG).

Desenvolvimento do Sudeste Mineiro : anais do I Seminário "Desenvolvimento do Sudeste Mineiro", Juiz de Fora, 2006 / editores, José Luiz Bellini Leite, João Batista Tolentino Rodrigues. - Juiz de Fora : Embrapa Gado de Leite, 2006.

122 p. (Embrapa Gado de Leite. Documentos, 112).

ISSN 1516-7453

1. Desenvolvimento Local. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Cooperativismo. 4. Agricultura familiar. 5. Inovação tecnológica. I. Leite, José Luiz Bellini. II. Rodrigues, João Batista Tolentino. III. Título: Desenvolvimento do Sudeste Mineiro. IV. Série.

CDD 338.1

© Embrapa 2006

Autores

Alberto Duque Portugal – Embrapa

Aloísio Torres de Campos – Embrapa Gado de Leite

Célia Maria Santos Freire – Emater-MG

Cláudia Maria S. L. Magalhães – Sebrae-MG

Cláudio Furtado Soares – Funarbe

Doralice Figueiredo de Moura – Emater-MG

Eliane Rosignoli de Oliveira

Fábio Homero Diniz – Embrapa Gado de Leite

Frederico do Valle – Grupo Amalé

Geraldo Alvim Dusi

Geraldo Magela Pereira Emery – Copercafé

Glaucia Vale

João Batista Tolentino Rodrigues – Embrapa Gado de Leite

João Cesar de Resende – Embrapa Gado de Leite

Jamil Elganím Junior

José Alberto B. Portugal – Epamig/CT/ILCT

José Avelino Esteves – Sebrae-MG

José Luiz Bellini Leite – Embrapa Gado de Leite

Lélia Wanick Salgado – Instituto Terra

Luiz Fábio Antonucci – Pif Paf – Rio Branco Alimentos S/A

Marco Antônio Matins

Marco Antônio P. Lopes

Marco Aurélio S. Pires

Maria Aparecida V. P. Brito – Embrapa Gado de Leite

Maria de Fátima Millioní Rossi – Emater-MG

Marina Antunes Ribeiro

Maris Stela Pires Lima – Emater-MG

Marne Sidney de Paula Moreira – Embrapa Gado de Leite

Mauren Miyaji

Máximo Manoel dos Santos – Instituto Terra

Nilson Geraldo Fidelis – Emater-MG

Paulo C. Fonseca – Emater-MG

Radoyka Ferreira – Grupo Amalé

Rogério Lima – Grupo Amalé

Ronaldo da Rocha Braga – Emater-MG

Sebastião Ribeiro Salgado Júnior – Instituto Terra

Severino Rodrigues Costa – Emater-MG

Tatsumi Nishiyama – Emater-MG

Valcinéia de Oliveira – Sebrae-MG

Valter B. Galan – DPA/Nestlé

Wanderlei Ferreira de Sá – Embrapa Gado de Leite

Wanderly Fernandes de Carvalho – Emater-MG

William Francisco Alves

Apresentação

A Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober), juntamente com a Embrapa Gado de Leite, o Sebrae-MG, a Emater-MG e a Prefeitura de Juiz de Fora promoveram, durante o XLI Congresso da Sober, o seminário *Desenvolvimento do Sudeste Mineiro*, dedicado à temática do desenvolvimento local e regional, focalizando os conceitos, o planejamento estratégico e as ações concretas conduzidas por diversos segmentos da sociedade.

Além das abordagens defendidas nas palestras, que tiveram lugar na primeira parte do evento, os projetos e ações de cunho econômico, cultural ou social, orientados para a promoção do desenvolvimento local e da cidadania, dispuseram de um espaço para exposição de pôsteres e mostra de produtos ou materiais.

Para participar das discussões – e ocupar o espaço reservado para a exposição de suas experiências – foram convidados os agentes envolvidos com a questão do desenvolvimento regional: associações, empresas, órgãos de pesquisa, assistência técnica, universidades, instituições políticas, ONGs.

Estão relatados neste documento os 18 casos de sucesso expostos na forma de pôster, envolvendo ações relativas ao associativismo, exploração do artesanato como fonte alternativa de emprego e renda para o pequeno produtor, adoção de medidas para produção de café de qualidade, utilização de tanques comunitários como meio de fortalecimento e manutenção da atividade leiteira de pequeno porte, diversificação da atividade com a produção de mudas de frutíferas e ornamentais, incentivo à agroindústria familiar e produção de cachaça de qualida-

de, arranjos produtivos industriais, cooperativismo, educação ambiental e recuperação de áreas degradadas, bem como projeto de valorização e divulgação da cultura popular.

Certos de que o desenvolvimento humano trilha o caminho do desenvolvimento local, perpassando pelas experiências vividas pelos diversos setores da sociedade, acreditamos que os casos aqui apresentados poderão estimular a iniciativa de agentes institucionais, econômicos e sociais, para aprimorar e multiplicar as ações apresentadas, numa trajetória ascendente e gradual da qualidade de vida da população.

Os editores

Sumário

Desenvolvimento Regional	11
Associativismo cooperativista: uma breve visão de onde se assenta o desenvolvimento regional.....	23
Redde – Rede de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes	31
Arte Rural	43
Associativismo como forma de inserção do agricultor familiar na cadeia produtiva do leite	49
Programa de produção de cachaça de Minas de qualidade de Juiz de Fora e região	53
Exploração do mercado de cafés especiais na Zona da Mata de Minas Gerais	55
Palha de milho: gerando renda e emprego	59
O caso do Circuito do Queijo em Minas Gerais	65
Arranjo produtivo moveleiro de Ubá	69

Agroindústria Artesanal – Comercialização dentro de uma Gestão Compartilhada	77
Dona Euzébia: “Berço do verde, fonte de vida”	81
Programa Fomento de Milho Pif Paf	85
Projeto Paraibuna Nossa Gente e os 30 anos do Amalé	91
Instituto Terra: ajudando a manter vivo o Planeta	95
Programa Municipal de Lavouras Comunitárias – busca coletiva para uma questão social	99
Agroindústria coletiva artesanal de alimentos – “grupo de produção natudoce”	103
Viabilidade técnica de tanques comunitários para refrigeração e armazenamento do leite de pequenos produtores rurais	107
Rota 040 – programa Sebrae de artesanato	111
Agroindústria – Processamento artesanal de tomate seco/desidratado e geléia de tomate	115
Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina de Resp. Ltda. “Cooperativismo, Profissionalismo e Qualidade”	119

Desenvolvimento Regional

Alberto Duque Portugal

Introdução

Desenvolvimento, entendido no seu sentido amplo, incorpora todas as dimensões do ser humano. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (2002), da Organização das Nações Unidas – ONU, o desenvolvimento humano tem a ver com pessoas, com o aumento das suas opções para viver como gostariam e serem felizes. Progresso tecnológico, investimentos, mercados são importantes, mas são meios e não fim. Fundamental para ampliar as opções humanas é construir capacidades humanas: o conjunto de coisas que as pessoas podem fazer ou ser. De acordo com o relatório, as capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: (a) levar uma vida longa e saudável; (b) ter acesso à educação; (c) ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e (d) poder participar da vida na comunidade.

Quando se fala em desenvolvimento de uma nação, de uma região ou de um setor, essa visão ampla está associada com o conceito de desenvolvimento sustentável que, além do aspecto de sua manutenção no tempo, inclui quatro dimensões relevantes: (a) econômica (relativa à capacidade de sustentação econômica dos empreendimentos); (b) social (relativa à incorporação das populações marginalizadas); (c) ambiental (relativa à sustentabilidade dos recursos naturais); (d) política (relativa à estabilidade dos processos decisórios e às políticas de desenvolvimento) (Áridas - Um Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semi-árido. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1994).

O desenvolvimento é muito mais um processo que um fim em si mesmo ou uma meta a ser atingida. Tem, portanto, a característica de ser um processo que não tem fim, em que se atingem resultados parciais. É um processo dinâmico que vai desenhando o próprio caminho à medida que vai acontecendo. Isto decorre, em grande parte, da própria natureza do homem e da sociedade, que, independentemente de seu estágio de desenvolvimento, está sempre em busca de novas oportunidades, de novos conhecimentos, novos desafios, novas alianças. Essa busca permite ao homem conhecer o Universo e fazer dele um ambiente, onde possa se realizar plenamente em todas as suas dimensões. Ainda que neste percurso, muitas vezes, os caminhos percorridos mostrem-se tortuosos e pareçam não estar, necessariamente, levando os homens a sua plena realização.

À medida que a sociedade avança e vai alcançando novos patamares, novas necessidades e objetivos vão se delineando, forçando mudanças que criam desequilíbrios. Na busca de um novo equilíbrio, a sociedade vai fazendo mudanças que lhe permita atingir os objetivos propostos. O desenvolvimento é assim, resultante da sinergia entre mudanças, que podem ser caracterizadas como mudanças tecnológicas e político-institucionais. As pessoas só usufruem de todo o potencial do desenvolvimento quando ambos os tipos de mudança caminham juntos. Os grandes avanços científicos e tecnológicos só têm impacto na vida das pessoas se a legislação, políticas públicas (de incentivo, por exemplo) e infra-estrutura criarem as condições para que as pessoas tenham acesso e possam usar bem a tecnologia. Um exemplo recente no Brasil é o caso do telefone celular. Com a privatização, que foi uma decisão de caráter político-institucional, aumentaram-se os investimentos e a competição e a tecnologia ficou acessível para uma grande parcela da população. Da mesma forma, de pouco adianta um país ter políticas de incentivo, legislação adequada e infra-estrutura, se não tem domínio ou acesso às tecnologias que possam resultar em riqueza e bem-estar para a sociedade.

Outro ponto importante é entender como são decididas, na sociedade, as mudanças político-institucionais e tecnológicas e quem são os beneficiários dessas mudanças. Em uma democracia, a direção e os benefícios resultantes das mudanças dependem do poder de barganha dos grupos sociais ou da coligação deles. Assim, para que as mudanças redundem em desenvolvimento harmônico, equilibrado e justo, é preciso que as pessoas tenham oportunidade de participar e se organizarem em grupos sociais para defender seus interesses.

Desenvolvimento regional

O desenvolvimento regional incorpora a esse conceito e processo amplo de desenvolvimento uma dimensão geográfica com características próprias de área, tamanho de população, renda etc., reunindo diferentes agentes, como municipalidades, empresas, produtores, ONGs, entre outros.

O dinamismo de novas atividades econômicas em uma região pode fazer com que a produção, emprego e renda cresçam mais rapidamente que a sua população, o que não significa necessariamente que esteja havendo desenvolvimento, tal como definido acima. Haverá sim, em média, maior disponibilidade de bens e serviços por habitante, como resultante de um período favorável de crescimento de sua economia. Ressalta-se que o processo de desenvolvimento é mais que o processo de crescimento econômico.

O crescimento econômico é um fator fundamental para o processo de desenvolvimento, mas de acordo com Boisier (1993), citado por Haddad (1999), este dependerá principalmente da capacidade de organização social de uma dada comunidade, que é o fator endógeno essencial para transformar crescimento em desenvolvimento, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura e por um projeto político regional.

Segundo esta concepção, o desenvolvimento de uma região pressupõe que sejam crescentes:

- ♦ processo de autonomia decisória
- ♦ capacidade regional de captação e reinversão do excedente econômico
- ♦ processo de inclusão social
- ♦ consciência e ação ambientalista
- ♦ sincronia intersetorial e territorial do crescimento
- ♦ percepção coletiva de pertencer à região

Endogenia e capitais intangíveis

A endogenia é entendida como um componente básico da formação da capacidade de organização social de uma região. O processo de desenvolvimento endógeno está embasado na mobilização de recursos latentes da região e

privilegia o esforço de dentro para fora, para a promoção do desenvolvimento. O conceito de endogenia consolida a percepção de que não basta negociar e atrair recursos externos para viabilizar o crescimento econômico e conseqüentemente o desenvolvimento.

Este modelo de desenvolvimento endógeno veio se consolidando a partir do estudo-de-casos de sucesso de prefeituras e comunidades que encontraram soluções para desafios sociais na área de moradia, nutrição, saúde e educação, pela mobilização de recursos humanos e materiais das próprias regiões, sem depender muito de grandes programas oficiais ou da burocracia estatal. Mais recentemente, projetos de investimentos produtivos passaram a ser viabilizados sob esta mesma concepção, envolvendo, especialmente, pequenas e médias empresas e mecanismos ágeis e flexíveis de alianças estratégicas e parcerias.

A capacidade de organização social e política de uma região é o elemento essencial do desenvolvimento endógeno, que permite potencializar os recursos tradicionais (incentivos fiscais e investimentos privados), gerando efeitos sinérgicos e transformando crescimento em desenvolvimento sustentável.

Entretanto, o fortalecimento da capacidade de organização social depende de uma ação de ativação ou animação social, que busca mobilizar as energias e recursos latentes, até então dispersos por razões econômicas ou de ausência de liderança. Essas energias e recursos latentes estão associados com a idéia de capitais intangíveis, assim denominados pela dificuldade de se fazer sua mensuração.

Há uma forte corrente de estudiosos que advoga que o desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva (infra-estrutura econômica e investimentos produtivos), mas da capacidade de mobilização de capitais intangíveis, num processo de desenvolvimento endógeno. Celso Furtado, citado por Haddad (2002), afirma que "o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando, na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupa-

ções e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los."

Boisier (2000) relaciona diferentes formas de capital intangível, que estão associadas com a capacidade de organização social e política de uma dada região, das quais Haddad (2002) destaca as seguintes:

- ♦ Capital Institucional – compreende as instituições e organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
- ♦ Capital humano – compreende o estoque de conhecimento e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e sua capacidade para exercitá-los.
- ♦ Capital cívico – refere-se à tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas etc.
- ♦ Capital social – compreende o capital que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
- ♦ Capital sinérgico – consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular de forma democrática as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

Novas rotas de desenvolvimento

Os conceitos de "desenvolvimento regional", "desenvolvimento local" e "organização territorial" têm em comum o fato de representarem uma reação a qualquer sistema de planejamento de cima para baixo, sem levar em conta as características regionais e/ou locais e a crescente consciência sobre a importância da capacidade endógena de organização e mobilização de energias regionais ou locais.

Todas essas ações de desenvolvimento procuram identificar uma região geográfica com características comuns relacionadas aos problemas, desafios, expectativas, recursos naturais, cultura, entre outras. A partir dessas identidades, procura-se criar as condições para deslançar um processo de desenvolvimento, o qual pressupõe a elaboração de um "plano de desenvolvimento", que inclui, entre

seus principais benefícios, aumentar o comprometimento dos agentes, atores e espectadores, enfim, de toda a população, e facilitar a negociação entre agentes e atores, que vão efetivamente atuar. Nem sempre esses agentes e atores estão bem definidos¹ e conta-se basicamente com agentes externos de intervenção ou agentes de mudança, que substituem os atores e espectadores locais, enquanto esses não passam a atuar como verdadeiros atores e agentes de desenvolvimento. O processo de elaboração do "plano de desenvolvimento" contribui fortemente para a mobilização social dos espectadores, para que haja participação e inclusão social e para que se transformem em atores. Além disto, é importante que aqueles que deveriam atuar como agentes de desenvolvimento e que hoje se comportam como atores (principalmente funcionários municipais e estaduais etc.) assumam seu papel de agentes do desenvolvimento. Esta mobilização/participação tem um papel importante na capacitação do capital humano local, que é um resultado, às vezes, pouco tangível, mas fundamental para o processo de desenvolvimento regional. A área de atuação nesse processo independe de limites políticos de divisão geográfica, incorporando municípios diferentes, inclusive de estados limítrofes.

O conceito de "territórios" vem ganhando espaço e, na verdade, se confunde com uma área geográfica delimitada. Hurtado (2002) comenta: "a organização de territórios supera os limites físicos das unidades municipais, que, por serem pequenas e fracas, em geral, não garantem a sustentabilidade por si só, e precisam se juntar, mas sem gerar aglomerações excessivamente grandes que inviabilizem a participação e o protagonismo das comunidades. Esta tensão entre qualidade e quantidade deverá ser resolvida caso a caso, levando em consideração, principalmente, a história da formação desses territórios, o grau de organização existente e a temporalidade das intervenções. Podemos considerar que um território está em condições de começar um processo de "planejamento" quando há identidades políticas, culturais, sociais, econômicas e ambientais entre os municípios que fazem parte do mesmo".

¹No processo de desenvolvimento há pelo menos três tipos de cidadãos. Os agentes, que são aqueles cidadãos da própria comunidade, ou vindos de fora, que atuam como agentes de mudança, como líderes, capazes de mobilizar as forças latentes de uma sociedade para o desenvolvimento. Os atores, aqueles cidadãos que, uma vez motivados pelos agentes, passam a ter papéis bem definidos e fundamentais no processo de desenvolvimento. E há os espectadores, representados, notadamente, por uma grande parcela da população, em geral alienados do processo e que, por várias razões, deixam de exercer sua cidadania.

Esses conceitos de desenvolvimento regional, local ou organização territorial são muitas vezes apresentados como incompatíveis com o processo de globalização, que caminha para grande escala e para uma certa homogeneização do processo de desenvolvimento. Na verdade, esta rota de desenvolvimento local ou regional é perfeitamente compatível porque não só permite criar a escala mínima para competir no mercado mundial, como também dá oportunidade a estes "territórios" de criarem produtos e marcas próprias para atender nichos de mercado específicos, que crescem continuamente, até como uma reação ao processo de homogeneização, resultante da globalização.

Condicionantes do desenvolvimento de uma região

O desenvolvimento, conforme mencionado, está associado a um conjunto de fatores como a capacidade endógena de organização e participação, os capitais intangíveis, mas é também fortemente dependente do crescimento econômico.

As possibilidades de crescimento mais rápido para uma determinada região dependem, por sua vez, das tendências de crescimento da economia do País e das forças que vão atuar na locação e distribuição dos benefícios de novos ciclos de expansão da economia. Há alguns fatores que caracterizam as chamadas vantagens comparativas de uma região e que têm sido apontados como extremamente importantes. Assim, as vantagens para atrair investimentos e crescer dependerão, relativamente, cada vez menos dos recursos naturais e da abundância de mão-de-obra não-qualificada e mais de atributos construídos. Entre esses terão peso cada vez maior, a mão-de-obra qualificada, em processo de aprendizado contínuo; nichos de mercado sofisticados e exigentes em qualidade, definindo as tendências de futuro; massa crítica de fornecedores e serviços eficientes, incluindo centros de pesquisa, facilidades que assegurem fluxo contínuo e atualizado de informação, mecanismos de inovação tecnológica, estrutura de lazer e cultura etc.

Considerando que um novo ciclo de expansão da economia brasileira deverá ser intensivo em conhecimento e tecnologia, os fatores mencionados tornam-se mais e mais importantes para qualquer região que aspire ter um processo de crescimento econômico mais acelerado.

A perda relativa de peso dos recursos naturais e abundância de mão-de-obra é uma vantagem e uma oportunidade para aquelas regiões que têm nestes fatores uma limitação, já que não terão tanta importância na competição. Todavia, se estas regiões não forem capazes de viabilizar os novos fatores mencionados, que caracterizam as vantagens comparativas em um novo ciclo de expansão baseado em conhecimento e tecnologia, suas perspectivas de crescimento são extremamente restritas, uma vez que têm limitações nos fatores tradicionais e não criaram as condições para viabilizar os novos fatores.

As regiões brasileiras vão entrar num novo ciclo de expansão da economia em um País que se insere cada vez mais na economia globalizada, caracterizada por uma forte concorrência, na maioria das vezes em condições pouco favoráveis, e que passa por uma crescente integração inter-regional, com a conseqüente concorrência entre as regiões. Essa concorrência resulta das mudanças observadas nas vantagens competitivas entre regiões, em função do ritmo de crescimento e desenvolvimento diferenciado que apresentam, forçando cada uma a buscar novas vantagens competitivas para manter o ritmo de desenvolvimento. Essas vantagens competitivas entre regiões mudam também, como afirma Haddad (1999), com a dinâmica do crescimento econômico, ou seja, “com os determinantes da demanda final (preferência dos consumidores, distribuição de renda, comércio exterior), com as condições tecnológicas de produção (surgimento de novos produtos e processos), da organização do sistema produtivo e de seu arcabouço político-institucional (legislação ambiental, normas de segurança etc.)”.

Nesse contexto, somente serão capazes de manter atividades econômicas ativas, como base do desenvolvimento, as regiões que dispuserem de sistemas produtivos dinâmicos, em termos de preço e qualidade, para competir com bens e serviços que vêm de outras regiões ou de outros países, em condições vantajosas. A definição de um ou mais sistemas produtivos regionais competitivamente dinâmicos é, pois, fundamental para o crescimento de uma região.

Haddad (1999), ao comentar a idéia dos sistemas produtivos dinâmicos, chama a atenção para as diferenças entre as vantagens competitivas espúrias e as vantagens competitivas dinâmicas de uma dada região. “Vantagens competitivas espúrias são aquelas que não se sustentam no longo prazo, por estarem fundamentadas apenas em incentivos fiscais e financeiros recorrentes (que podem desaparecer a partir das exigências de um programa de estabilização econômica), no uso predatório dos recursos naturais do ecossistema, na exploração da força de

trabalho ou na informalidade e na clandestinidade de suas operações. " Por outro lado, as vantagens competitivas dinâmicas "são aquelas que resistem aos processos de globalização e de integração da economia nacional e dependem, inicialmente, da sua dotação de recursos naturais e de sua posição relativa a outras regiões do País e do exterior". No médio e longo prazos, os recursos necessários para manter o processo de desenvolvimento se modificam, incluindo aqueles associados à mão-de-obra qualificada, serviços de informação, estrutura de pesquisa etc.

Clusters

Embora por si só não seja garantia de desenvolvimento, o crescimento econômico é um fator imprescindível para que aquele ocorra. E para ocorrer num contexto competitivo, caracterizado por mercado aberto e economia integrada interna e externamente, o crescimento econômico depende de sistemas produtivos competitivamente dinâmicos.

Uma forma de organização capaz de facilitar a estruturação de tais sistemas, que vêm ganhando espaço desde a década de 70, são os chamados arranjos produtivos ou *clusters*. Esta nova forma de organização vem atender especialmente às pequenas e médias empresas, que enfrentam dificuldades crescentes para sobreviver neste contexto competitivo, marcado por um processo produtivo mais intensivo em conhecimento, fruto de novos paradigmas tecnológicos, como a microeletrônica e a biotecnologia, e por uma progressiva liberalização comercial.

As pequenas e médias empresas têm que se adaptar aos padrões internacionais de qualidade, velocidade de resposta e flexibilidade, buscando ganhos de escala e formando novas alianças estratégicas, tanto no sentido vertical, quanto no horizontal. O arranjo considerado pioneiro parece ter surgido na Itália, a partir de um movimento de empresas chamado "Terceira Itália" no final da década de 70. A partir daí, começou-se a observar que a proximidade física das pequenas e médias empresas propiciava, não somente externalidades ou economias de aglomeração, mas também condições para superar problemas comuns, por meio de uma interação cooperativa.

Essas aglomerações são conhecidas como *clusters*, que Haddad (1999) define como conjunto de "indústrias e instituições que têm ligações particularmente fortes entre si, tanto horizontal quanto verticalmente, e, usualmente, incluem: empresas de produção especializada; empresas fornecedoras; empresas prestadoras de serviço; instituições de pesquisa; instituições públicas e privadas

de suporte fundamental”. E afirma ainda que “a essência do desenvolvimento de *clusters* é a criação de capacidades produtivas especializadas dentro de regiões para a promoção de seu desenvolvimento econômico, ambiental e social”.

A história da formação e as características próprias dos arranjos produtivos ou *clusters* levou à descrição de diferentes tipos. De forma geral, pode-se afirmar que há *clusters* induzidos por políticas públicas, tais como aqueles que se instalam em tecnópolis, parques industriais, incubadoras de empresas e os *clusters* gerados espontaneamente por meio de empresas de um mesmo setor que vão se aglomerando em determinados espaços. Santos (2002) apresenta três tipos de *clusters* que ajudam a ilustrar os principais caminhos existentes: *Clusters Informais; Clusters Organizados e Clusters Inovativos*.

Os *Clusters Informais* são, em geral, pouco estruturados, com baixo nível tecnológico e gerencial, apresentando pouco treinamento de mão-de-obra. De forma geral, não estão preparados para competir em mercados mais dinâmicos e exigentes, limitando-se aos mercados regionais. A dificuldade para fazer inovação tecnológica e mercadológica e a dificuldade de organização para buscar políticas públicas de apoio são ameaças ao desenvolvimento desses *clusters*.

Os *Clusters Organizados* são, em geral, induzidos por políticas públicas, apresentam boa estruturação, com boa capacidade de coordenação entre as empresas, facilitando a formação de redes para fornecimento de infra-estrutura e serviços. Apresentam bom nível tecnológico, mão-de-obra bem treinada e uma capacidade gerencial crescente, permitindo atingir mercados mais sofisticados, inclusive no mercado externo. O maior desafio está associado com a capacidade de inovação tecnológica, essencial para se manter competitivo no mercado.

Os *Clusters Inovativos* são característicos de setores e regiões que apresentam grande dinamismo no processo de inovação tecnológica, gerando novos produtos e respondendo rapidamente às mudanças de mercado. Mesmo em setores tradicionais (móveis, calçados e têxteis) há *clusters* que têm tido sucesso em razão dessa capacidade de inovação. Associada a essa capacidade, apresentam grande capacidade de organização, bom nível gerencial e mão-de-obra qualificada acima da média.

Desenvolvimento rural

É interessante contextualizar essa discussão no espaço do desenvolvimento rural, na sua verdadeira dimensão que é um dos objetivos da Sober. Ao fazê-lo,

é importante ratificar o conceito de que o desenvolvimento rural é muito mais amplo que o desenvolvimento agrícola ou agropecuário, incorporando atividades não-agrícolas, sejam de serviços ou industriais, vinculadas ou não à atividade agropecuária. Na verdade, o rural é apenas um corte espacial, de natureza geográfica, onde são realizadas tanto atividades agrícolas como não-agrícolas. Aliás, é válido salientar que as atividades não-agrícolas vêm ocupando um espaço cada vez maior em termos de renda e pessoas ocupadas, principalmente nas regiões de desenvolvimento mais dinâmico.

A discussão do desenvolvimento rural à luz do conceito de desenvolvimento local, regional ou desenvolvimento territorial permite visualizar o processo, superando tanto o enfoque setorial (agrícola/não-agrícola), como a falsa dicotomia rural urbano. Como afirma Graziano (2001), “não vale a pena perder tempo em delimitar a separação de algo que se quer integrar e já está sendo integrado pelos mercados de trabalho e de produtos, ainda que de uma maneira inteiramente caótica. Trata-se, portanto, de pensar políticas que procurem botar ordem nesse caos, ordenando a integração das cidades com as áreas rurais do seu entorno”.

Essa discussão do processo de desenvolvimento rural sob um conceito mais amplo ajuda também a jogar mais luz para eliminar outras falsas dicotomias, que dificultam a definição de políticas públicas importantes para o desenvolvimento. A colocação de determinadas premissas de desenvolvimento como excludentes não tem sentido num setor dinâmico, extremamente diversificado e em fase de estruturação como o setor rural brasileiro. Assim, a discussão sobre agricultura empresarial ou patronal, como costuma ser chamada, *versus* agricultura familiar não tem sentido, pois está patente que há espaço e que ambas têm papéis importantes a desempenhar. Deve-se, sim, desenhar políticas públicas que permitam fortalecê-las, pois há espaço e diversidade para tal. Essa discussão remete para outra falsa dicotomia expressa entre “maximizar competitividade”, associada à idéia de “especialização” e “diversificação das economias locais”, característica da agricultura familiar.

Igualmente importante é a discussão sobre a dicotomia “políticas compensatórias” *versus* “políticas para criar novas oportunidades”. A redução da pobreza e a melhoria da inclusão social, com a redução das desigualdades, só será possível com os dois tipos de políticas. Mesmo em economias estruturadas e desenvolvidas a compatibilização dessas políticas tem sido fundamental.

Referências bibliográficas

BOISIER, S. **Sociedad e territorio**. Lima: Ecie, 1993.

BOISIER, S. **Conversaciones Sociales y Desarrollo Regional**. Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

HADDAD, P. R. **A Competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil: estudo de Clusters**. Brasília: CNPQ/Embrapa, 1999.

HADDAD, P. R. **Clusters e Desenvolvimento Regional no Brasil**. 2002. Paper avulso.

HURTADO, A.; GUANZIROLI, C. E.; BAZIN, F.; LOGUÊRCIO, P.; OBANDO, S.;

CARDIM, S. E. **Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: INCRA; INCRA/FAO, 2002.

SANTOS, F.; CROCO, M.; SIMÕES, R. Arranjos Produtivos Locais Informais: Uma Análise de Componentes Principais Para Nova Serrana e Ubá – Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 10., 2002, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002. p. 01-28. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D30.PDF>. Acesso em: 04 fev. 2004.

SILVA, J. G da. **Quem Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento? O Brasil Rural Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD, 2001.

Associativismo cooperativista: uma breve visão de onde se assenta o desenvolvimento regional

João Batista Tolentino Rodrigues

José Luiz Bellini Leite

Constituem-se em premissas para uma forma de desenvolvimento completo – incluindo, entre outros, o científico-tecnológico, o econômico, o social e o ambiental – um ambiente próspero, com infra-estrutura apropriada, instituições sólidas, cidadãos exercendo seu direito à dignidade, a uma vida saudável, a um padrão mínimo de conforto, educação, saúde, e uma perspectiva positiva de geração e manutenção da renda familiar. Tudo isso aliado a um compromisso sério e efetivo com a correta utilização dos recursos naturais e com a manutenção da sua capacidade produtiva. Ornando-se o panorama com o respeito às diferenças culturais, com o estímulo às ações inovadoras, à adoção de tecnologias e à busca constante de alternativas ante as mudanças no cenário econômico, tem-se uma visão da forma de desenvolvimento que se deseja ver construído.

Longe de ser uma utopia, as bases para o desenvolvimento sustentável, no seu sentido amplo, têm sido perseguidas por governos, organismos e instituições de todos os recantos do planeta. Entretanto, o manto da economia globalizada, da competitividade, da supremacia das potências mundiais, tem abafado muitos dos reclames de países e regiões mais desfavorecidos, geralmente desprovidos dos recursos necessários para garantir um mínimo de crescimento econômico, talvez para alcançar um nível de desenvolvimento mais apropriado.

No entendimento de Franco (2001), fazem parte de um velho paradigma científico todas as tentativas de “explicação” da realidade social baseadas em modelos de causalidade unívoca e padrões de relações lineares, como as utilizadas, em geral, por alguns economistas, quando, por exemplo, encaram o

desenvolvimento social como resultado de crescimento econômico. Curiosamente, porém, o que em geral se verifica é o inverso: sem atingir um certo nível de desenvolvimento social, as sociedades têm grandes dificuldades para se expandir economicamente.

Na opinião do autor, o Capital (econômico) propriamente dito não consegue se acumular e se reproduzir sustentavelmente em ambientes onde não exista um estoque suficiente de outro tipo de “capital”, denominado Capital Social. Na definição de Boisier (2000), como uma das diferentes formas de capital intangível, que estão associadas com a capacidade de organização social e política de uma dada região, o Capital Social compreende o capital que permite aos membros de uma comunidade confiar um no outro e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum. Ou na visão de Franco (2001): são conexões em rede, constituídas a partir de valores compartilhados e objetivos comuns e que se referem à maneira como as pessoas convivem – as emoções e as razões pelas quais permanecem juntas, a forma como se relacionam e o modo como regulam seus conflitos e se conduzem coletivamente.

Em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento. Além da onda de democratização que varreu o mundo dos países pobres nas últimas duas décadas, criando condições favoráveis à revisão crítica das teorias convencionais, está se impondo a percepção do ser humano como ator social (Rattner, 2002).

Franco (2001) salienta que qualquer coletividade humana estável só existe como tal se as pessoas que a constituírem tiverem um propósito convergente, compartilharem valores e crenças e, em se tratando de organizações, formarem algum consenso em torno de objetivos. Em outras palavras, qualquer organização humana só existe desde que as pessoas nela envolvidas tenham um projeto comum, se relacionem de uma determinada maneira estável, exercitando, em algum grau, a complementaridade e a parceria e, enfim, sejam, de algum modo, interdependentes. Isso, finaliza o autor, tem um nome: chama-se ‘cooperação’.

Este aparenta ser um dos fatores indispensáveis à criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. É presumível que a existência da cooperação por si só não implique, necessariamente, no desencadear de um processo que conduza ao desenvolvimento, mas esse processo prescinde desta condição.

A organização cooperativa, ao tirar o indivíduo de seu mundo particular, relacionando-o com os outros, pelos laços sociais da cooperação, construindo espaços coletivos, desperta a responsabilidade social e a solidariedade, elementos fundamentais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida. A organização cooperativa tem esse sentido da construção do coletivo que lhe advém da natureza associativa (Frantz, 2002).

Para o autor, as organizações cooperativas representam importantes espaços sociais. Nesses lugares sociais as pessoas desenvolvem sentimentos, idéias, valores, comportamentos, conhecimentos, aprendizagens, estruturas de poder de atuação, pelo qual se comunicam e se influenciam. A organização cooperativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se, assim, as práticas cooperativas em processos educativos e em processos de poder.

De modo mais pragmático, Entrevista (2003) ressalta que, com a cooperação e o associativismo, os custos são reduzidos (centrais de compra, projetos conjuntos de marketing e comercialização, consórcios de exportação, por exemplo); ganha-se escala (centrais de produção, uso compartilhado de equipamentos e instalações) e se incorpora conhecimento (compartilhamento de informação e competências), com ganhos expressivos de produtividade, qualidade e competitividade.

A cooperação, que faz as pessoas permanecerem juntas, inclusive em empresas, além do salário que recebem ou do lucro que auferem, não pode se instalar, se ampliar e se reproduzir se as pessoas se relacionam apenas de maneira vertical, como uma pirâmide, numa cadeia de subordinação, cada uma sempre dependendo de outra para fazer qualquer coisa (Franco, 2001). O autor afirma ainda que o padrão vertical de organização, subordinação e dependência impede a geração, a acumulação e a reprodução do Capital Social. Assim, para que o Capital Social possa ser gerado, acumulado e reproduzido, é necessário que as pessoas se conectem, umas com as outras, segundo um padrão horizontal de organização, que não sejam em tudo sempre subordinadas umas às outras e que sejam interdependentes ao invés de dependentes.

Rattner (2002), citando Putnam (1984), um dos pioneiros nos estudos sobre capital social, lembra que este se reflete no grau de confiança existente entre os

diversos atores sociais, seu grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico, tais como o pagamento de impostos e os cuidados com que são tratados os espaços públicos e os "bens comuns". Ao lado do Capital Social – como fator decisivo para o desenvolvimento – há também o Capital Humano. Um dos principais elementos do Capital Humano é a capacidade das pessoas de fazer coisas novas, exercitando a sua imaginação criadora – o seu desejo, sonho e visão – e se mobilizando para adquirir os conhecimentos necessários, capazes de permitir a materialização do desejo, a realização do sonho e a viabilização da visão. Ora, isso tem um nome: chama-se 'empreendedorismo' (Franco, 2001).

Enquanto o capital humano é produto de ações individuais em busca de aprendizado e aperfeiçoamento, o capital social se fundamenta nas relações entre os atores sociais que estabelecem obrigações e expectativas mútuas, estimulam a confiabilidade nas relações sociais e agilizam o fluxo de informações, internas e externas. Em vez de controles e relações de dominação patrimonialistas, o capital social favorece o funcionamento de normas e sanções consentidas, ressaltando os interesses públicos coletivos. Enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da família, da comunidade e na sociedade (Rattner, 2002).

Portanto, para se ter um ambiente favorável ao desenvolvimento, precisamos ter, também, um ambiente favorável à inovação. E um ambiente favorável à inovação depende da liberdade para criar e da ousadia de inventar, o que é função, por sua vez, da cultura empreendedora da sociedade (Franco, 2001).

Outra maneira de dizer a mesma coisa é a seguinte: para desencadear um processo de promoção do desenvolvimento, precisamos criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Ora, do ponto de vista do desenvolvimento social e humano sustentável, criar um ambiente favorável ao desenvolvimento é começar investindo no Capital Social (quer dizer, na capacidade da sociedade de cooperar, formar redes, regular seus conflitos democraticamente e, enfim, constituir comunidade) e no Capital Humano (sobretudo no empreendedorismo). Sem a base de confiança fornecida pela cooperação ampliada, acumulada e reproduzida socialmente e sem empreendedorismo, dificilmente conseguiremos promover o desenvolvimento, como mostram numerosas evidências registradas em todas as partes do mundo (Franco, 2001). Esse também é o pensamento

defendido por Entrevista (2003), ao afirmar que, para fortalecer e dar sustentabilidade à pequena produção, somente o capital econômico não é suficiente. É preciso estimular, paralelamente, o capital humano, que é a soma dos conhecimentos, habilidades, competências; o capital social, que reúne a confiança, a cooperação, organização e participação social, e também o capital natural, que representa a preservação do meio ambiente.

Enfim, um ambiente favorável ao desenvolvimento depende da existência de uma cultura de desenvolvimento e não apenas de uma cultura de crescimento. Durante muito tempo acreditamos que o fator econômico era o único determinante do desenvolvimento. Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm, umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual, condicionando-o. O mito da determinação econômica, contudo, permanece sendo reproduzido nas escolas e universidades, nos centros de pesquisa e nos órgãos de apoio e fomento do desenvolvimento (Franco, 2001).

Ainda conforme o autor, na contracorrente dessa ideologia, ainda dominante, os nossos programas de desenvolvimento local são, fundamentalmente, programas de investimento em Capital Social. Quer dizer, são programas culturais, que buscam gerar elementos de novas culturas organizacionais e políticas das quais dependem, fundamentalmente, a geração, a acumulação e a reprodução ampliada do Capital Social.

Dentro desta linha, Rattner (2002) assegura que o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais podem exercer um papel importante nas políticas e projetos que visem à superação do estado de pobreza e à integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e espoliadas de bens materiais, a cultura e as tradições com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social podem ter um papel fundamental. O resgate de padrões tradicionais na preparação de alimentos, elaboração de produtos de artesanato, cantos e danças pode funcionar como elemento-chave na reconstrução da identidade coletiva e do capital social.

Processos de intervenção social devem visar prioritariamente o resgate da auto-estima dos grupos e populações marginalizadas, a fim de estimular sua

criatividade e o espírito de cooperação." A promoção da cultura popular, a abertura de canais para sua expressão, seu cultivo nas gerações jovens (...) cria um clima de apreço genuíno por seus conteúdos, fará crescer a cultura e, com isso, devolverá a identidade aos grupos empobrecidos." (Klíksberg, 2001, citado por Rattner (2002)

Assim como o desenvolvimento de uma localidade depende da gente que vive naquela localidade, depende também de muitos outros determinantes e condicionantes que os economistas em geral tendem a desprezar ou a julgar como externalidades. É claro que a questão do ambiente favorável é muito complexa, reconhece Franco (2001). O que significa um ambiente favorável ao desenvolvimento? Significa muitas coisas: condições físico-territoriais e ambientais, econômicas, sociais, culturais, político-institucionais e científico-tecnológicas favoráveis. Nenhuma organização pode se desenvolver num ambiente inadequado.

Se quisermos identificar quais são os fatores ambientais realmente decisivos para o desenvolvimento da organização, teremos que verificar os níveis do Capital Humano e do Capital Social existentes no seu ambiente. No caso do desenvolvimento local, o ambiente não diz respeito, entretanto, apenas às cercanias da localidade e sim a tudo o que está no âmbito das relações internas e externas à localidade. Dependendo da natureza e do setor de atividade considerados, o ambiente pode ser o município, a microrregião, o estado, o país, a região do mundo ou até o mundo todo. Além disso, existem condicionamentos culturais que são regionais: por exemplo a cultura dos imigrantes na Serra Gaúcha é totalmente diferente da cultura do sertanejo na região do Cariri (Franco, 2001).

Frantz (2002), ao analisar a sua relação com o desenvolvimento, considerou os fenômenos associativos e cooperativos sob o aspecto da inclusão social e do bem público, que se traduzem em desenvolvimento local. Para ele, o termo local implica noção de espaço geográfico e encerra a idéia de limite, de proximidade física, de identidade cultural em termos de valores e comportamentos. Aproxima-se da noção de comunidade. No entanto, isso não significa que o local não possa conter também contradições.

Brose, 1999, citado por Frantz (2002), afirma que a compreensão do que seja desenvolvimento local "surge do entendimento de que o meio rural, exatamente por não ser apenas agrícola, engloba também as pequenas cidades que, apesar de constituírem o espaço urbano, estão em geral essencialmente ligadas ao meio

rural, dele dependendo para sobreviver e para ele prestando todo tipo de serviços”. O autor lista como indicadores do desenvolvimento local:

- a manutenção e a criação de postos de trabalho
- o início de novas atividades econômicas
- a pluriatividade na agricultura familiar
- a estabilidade na renda familiar
- a manutenção de uma paisagem rural equilibrada
- a ativa participação da população nas decisões nos seus espaços econômicos
- as novas formas de gestão pública

Segundo Frantz (2002), na prática cooperativa pode-se desenvolver sentidos não apenas instrumentais, em termos de economia, mas que tenham significados para a vida das comunidades de sua inserção operacional. Na comunicação do trabalho cooperativo está a possibilidade de uma inteligência coletiva e criativa com reflexos, certamente, no desenvolvimento local.

Finalmente, o autor ressalta que a associação cooperativa é entendida como um movimento que vai do lugar privado/individual, a um lugar comum/coletivo. Desse processo nascem as organizações cooperativas. Os efeitos sociais das ações cooperativas são mais amplos que os objetivos dos cooperantes. Sob essa dimensão a cooperação produz um bem público. A cooperação sempre produz um bem público, ela revela uma dimensão pública. Esta é a mais implícita relação entre desenvolvimento local, associativismo e cooperação.

Referências bibliográficas

BOISIER, S. *Conversaciones Sociales y Desarrollo Regional*. Talca: Editorial de la Universidad de Talca, 2000

FRANCO, W. Capital social e desenvolvimento: o desenvolvimento local e o mito do papel determinante da economia. In: SEMINÁRIO “OS DISTRITOS INDUSTRIAIS E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA TERCEIRA ITÁLIA EM QUESTÃO: PERSPECTIVAS PARA OS PROGRAMAS XINGÓ E ZONA DA MATA DO NORDESTE”, 2001, Maceió. *Anais...* Maceió, 2001. Disponível em: <<http://www.rededlis.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2003.

FRANTZ, W. Desenvolvimento local, associativismo e cooperação. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA, 2002, Ijuí, RS. **Anais...** Ijuí, 2002. Disponível em: <<http://ipd.unijui.tche.br/simposio/1etapa.html>>. Acesso em: 18 set. 2003.

ENTREVISTA com o presidente do Sebrae Nacional, Sérgio Moreira. Rede de Cooperação Brasil +, 2003. Disponível em: <http://www.mbc.org.br/eventos/brasil_mais/entrevistas/entrevista02.asp>. Acesso em: 19 set. 2003.

RATTNER, H. Prioridade: construir o capital social. **Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças**, São Paulo, SP, 2002. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/Rattner/Download/Prioridade_construircapitalsocial1.doc>. Acesso em: 19 set. 2003.

Redde – Rede de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes

William Francisco Alves

A realização do I Fórum de Desenvolvimento e Perspectivas Econômicas da Zona da Mata em novembro de 1999 na cidade de Ubá/MG, com o tema “Acorda Zona da Mata”, despertou a comunidade empresarial, para a necessidade de organização do processo de desenvolvimento regional. Surgiu então a Rede de Agências, inicialmente composta por nove agências de desenvolvimento da região, hoje possui as seguintes onze agências:

- Agência de Desenvolvimento de Além Paraíba – Adeap
- Agência de Desenvolvimento de Cataguases e Região – Adecat
- Agência de Desenvolvimento de Leopoldina e Região – Adel
- Agência de Desenvolvimento Regional do Circuito do Queijo – Ader
- Agência de Desenvolvimento de Muriaé e Região – ADMR
- Agência de Desenvolvimento de Santos Dumont – Adesan
- Agência de Desenvolvimento de Viçosa e Região – Adevi
- Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região – Adubar
- Agência de Desenvolvimento de Juiz de Fora e Região – ADJFR
- Agência de Desenvolvimento Trilha dos Inconfidentes – Adeti
- Agência de Desenvolvimento do Vale do Rio Piranga – Agevale

Formada por estas onze agências, pelo Sebrae-MG e pela Cia. Força e Luz Cataguases – Leopoldina, a Rede de Agências tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social da Zona da Mata, zelando pela preservação do meio ambiente e contribuindo para a qualidade de vida da população regional.

Atualmente a Zona da Mata mineira possui uma população aproximada de dois milhões de habitantes e uma economia baseada nos setores de turismo, confecção/têxtil, artesanato, moveleiro, agronegócios (suinocultura, horticultura, leite, piscicultura, fruticultura), comércio varejista e atacadista, bem como no setor de empresas de base tecnológica.

Inserido neste cenário foi firmado um convênio do *Sebrae* com a Rede de Agências de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes, viabilizando ações de integração dos municípios e seus setores econômicos estratégicos, buscando a indução, implementação e sustentação de uma concepção de desenvolvimento endógeno, por meio de uma estratégia de formação de agências de desenvolvimento integradas em rede, fortalecidas e legitimadas.

Previsto neste convênio encontram-se metas voltadas à realização de treinamento e investimento no capital humano, dentre elas o projeto "Líder Cidadão", "Liderar", "Saber Empreender", "Saber Rural" e "Redes Associativas", além do Programa Ópera, que visa à capacitação em cooperativismo, sendo especificamente contratado pela Redde junto ao Instituto Newton Paiva, para os técnicos envolvidos no projeto e nas agências.

O que é a Redde?

É uma organização não-governamental, com personalidade jurídica própria, composta pelas onze agências de desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes, *Sebrae* e Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina, dirigida por uma diretoria-executiva eleita entre os seus membros, representantes no comitê de parceiros.

A Redde prevê a aplicação de um conjunto de processos e dinâmicas para o aprofundamento dos vínculos econômicos (de desenvolvimento tecnológico, de produção, de finanças) entre empresas, governos municipais e suas respectivas comunidades, localizadas na Região da Zona da Mata Mineira e Campo das Vertentes, estimulando novas relações entre eles.

Objetivos

Proporcionar a integração dos municípios, buscando a indução, implementação e sustentação de uma concepção de desenvolvimento endógeno, por meio de estratégias de formação de agências de desenvolvimento articuladas em rede,

fortalecidas e legitimadas, promovendo o desenvolvimento econômico e social das suas comunidades, na realização de programas que:

- proporcionem a geração de emprego e renda
- proporcionem o crescimento e a criação de empresas
- fortaleçam e promovam o intercâmbio entre entidades, empresas e municípios
- promovam união e parcerias com os poderes públicos municipais, estaduais e federais, visando à melhoria de qualidade de vida nas comunidades locais
- promovam o desenvolvimento auto-sustentado da Zona da Mata e Campo das Vertentes

"A Redde é um grupo de agentes facilitadores do processo participativo do Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes"

Nosso negócio

"Educação, Integração e Desenvolvimento".

Missão

"Contribuir para o processo de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes, por meio da educação e Integração em REDE de todos os segmentos da sociedade".

Resultados desejados

- ocupação de espaços estratégicos
- desenvolvimento dos recursos humanos, materiais, administrativos, financeiros
- desenvolvimento do setor privado
- cooperação competitiva entre empresa X empresa, município X município e município X empresa
- promoção industrial e de investimentos em ciência, tecnologia e inovação
- formação de consórcios entre empresas da região
- apoio à modernização dos sistemas de transportes
- sensibilização à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico em atendimento à economia regional
- reestruturação dos sistemas produtivos e gerenciais

- rearticulação de economias regionais
- formação de uma cultura de produção baseada em alta tecnologia

Resultados alcançados

Palestras de Sensibilização

59 municípios atendidos: 1.770 participantes

Líderar

346 líderes capacitados em 17 cursos

Total: 816 horas de investimento no capital humano e social da região

Líder Cidadão

435 líderes capacitados em 21 cursos

Total: 840 horas

Fóruns Implementados

03 municípios: 1.550 participantes

Saber Rural

487 líderes capacitados em 22 cursos

Total: 440 horas

Saber Empreender

782 participantes em 35 cursos

Total: 945 horas

Resultado total

59 Cidades Atendidas: 5.220 participantes

Total: 3.041 horas

Ações em andamento

- Programa de Interação entre empreendedores e armazéns atacadistas da região
- Programa Exporta Zona da Mata e Campo das Vertentes
- Programa de Compromisso Empresarial e Institucional com os produtos da Zona da Mata e Campo das Vertentes
- Criif – Centro Regional de Informação e Inovação em Fruticultura

- ♦ Capacitação de Agentes de Desenvolvimento
- ♦ Convênio Sebrae de apoio aos projetos microrregionais
- ♦ Preparação III Feira Agevale em Redde
- ♦ Encontro de Integração com o Norte Fluminense

Ações qualitativas

O processo de criação das Agências de Desenvolvimento da Zona da Mata e Campo das Vertentes contribuiu, por terem sido alicerçadas no Proder, a uma ação local, cada uma com visão de desenvolvimento de sua cidade, exceções como a Ader (Circuito do Queijo) e Agevale (Vale do Piranga), que já iniciaram o trabalho envolvendo vários pequenos municípios.

A Redde veio fortalecer a integração das Agências, que passaram a trocar informações das boas práticas que vêm realizando e das dificuldades encontradas. Desta forma, todos estão conhecendo as potencialidades das microrregiões, gerando articulação das suas lideranças para ações conjuntas.

Os treinamentos e eventos nos municípios estão despertando as comunidades locais, conscientizando-as na busca de seus interesses, fomentando a criação de organismos municipais de desenvolvimento, aptos a catalisarem as ações e se constituírem no fórum de discussão dos problemas de seus habitantes.

Outro ponto importante é o encontro sistemático dos Presidentes das Agências e dos Técnicos, em que estão sendo discutidas ações macro em prol do desenvolvimento de toda a Zona da Mata e Vertentes, possibilitando a sinergia e intercâmbio dessas lideranças regionais, motivados pelo Convênio firmado com o Sebrae, que estabeleceu alvos específicos, para cumprimento.

A auto-sustentabilidade das agências é uma questão que envolve o interesse de todos os envolvidos nesse empreendimento, porque na prática a rede é um reflexo da sua base de atuação. A solução encontrada pela Adel (Leopoldina) de cobrar 1% para intermediação, encaminhamento e elaboração dos Planos de Negócios para solicitação de empréstimo junto ao BDMG, CEF e Banco do Brasil, incentivou a busca por capacitação dos demais técnicos, para desenvolverem a mesma atividade com competência.

Com as ações realizadas de mobilização, palestras, consultorias e treinamentos, é importante ressaltar as seguintes experiências:

Cataguases

- A Adecat, que já vinha ofertando cursos aos municípios de sua microrregião, levando sempre capacitação, apresenta uma novidade com o curso Saber Rural. Foi necessária uma parceria mais estreita com a Emater para que eles pudessem realizar este curso. Descobriram a potencialidade de trabalharem com ações mais voltadas para o agronegócio, tendo a Emater como parceira.
- Na cidade de Descoberto também foi realizado o Curso Saber Rural e, ao visitarem as propriedades rurais, descobriram uma confecção com 30 funcionários, estreitando a relação com essa empresa e solicitado curso de capacitação para os seus funcionários.
- Após o curso Saber Rural em Astolfo Dutra, está sendo criada a Associação de Fruticultura, grande potencial da região. Neste setor, a Rede vai articular a criação de uma Cooperativa Central dos fruticultores da Zona da Mata em parceria com a Emater, UFV e indústrias de sucos da região.
- Surpreendente foi a experiência do curso Saber Empreender de um distrito chamado Vista Alegre com poucos habitantes. A turma foi fechada com 30 participantes e a arrecadação das empresas “crias” rendeu R\$ 1.000,00 (mil reais), valor surpreendente para um distrito que demonstrava total apatia. Os participantes do curso estão entusiasmados, querendo mais cursos.
- O curso saber empreender em Astolfo Dutra teve tanta repercussão que o município demandou o Empretec.
- As horas técnicas utilizadas para a contratação de consultores especializados em Projetos Culturais permitiram a Adecat a aprovação de Projetos Culturais com recursos das Leis de Incentivos, tanto Estadual quanto Federal, no valor de R\$ 1.000.000,00.

Ubá

- A Adubar não atuava em nenhum município de sua microrregião, trabalhando projetos exclusivamente para Ubá. Com a Redde, ela buscou parceria com as lideranças empresariais e políticas de cada município, realizando as palestras de sensibilização.
- Dois municípios já encaminharam para a aprovação da Câmara Municipal a lei de criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento (Guidoval e Ubá).
- Está realizando junto com Guidoval e Rodeiro o Proep (Programa de Expansão da Educação Profissional) com recursos do Governo Federal,

envolvendo municípios da sua microrregião. Não havia antes esta preocupação em estender as ações para os demais municípios.

- ♦ Os projetos culturais desenvolvidos em Ubá estão sendo estendidos aos demais municípios já com ações realizadas em Rodeiro e Guidoval (Teatro na Escola).
- ♦ Três empresas foram criadas após o Curso Saber Empreender e uma diversificou e ampliou os seus produtos.
- ♦ O Fórum promovido durante a Feira de Móveis de Ubá e Região (Femur), maior pólo moveleiro de Minas, teve a participação de 700 visitantes, que participaram das palestras e depois visitaram a feira com as novidades do setor.
- ♦ A Adubar em parceria com o Sebrae apoiou a exposição dos artesãos das cidades da microrregião.

Leopoldina

- ♦ A Adel já atuava em sua microrregião, trabalhando projetos de financiamentos, principalmente do BDMG – Geraminas, contribuindo para a geração de emprego e renda, melhoria da produtividade, tanto que Leopoldina ocupa o 1º lugar na Zona da Mata, disponibilizando R\$ 2.952.700,00, conforme informações fornecidas pelo BDMG.
- ♦ Com a criação da Redde foram realizadas palestras de sensibilização nos Municípios de Bicas, Laranjal, Maripá de Minas e na sede Leopoldina, que culminou com a realização de cinco cursos Saber Empreender, sendo um realizado em Laranjal e quatro em Leopoldina. Os participantes dos cursos ficaram extremamente satisfeitos, solicitando à Adel a realização de novos cursos.
- ♦ A Adel realizou uma missão à Cotochés com produtores de leite de Leopoldina e de São João Nepomuceno para estarem viabilizando o Projeto Educampo do Sebrae. Os produtores de Leopoldina ficaram encantados e dispostos a implementarem em suas propriedades o Projeto.

Além Paraíba

- ♦ O curso Líder Cidadão teve 26 participantes e deu um ânimo no Grupo de Idealistas surgido com o Projeto Ideal, que andava parado. Agora, o grupo conta com 42 participantes que estão trabalhando ativamente nos projetos definidos para Além Paraíba.
- ♦ Em Volta Grande o curso Líder Cidadão está apoiando a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento, que será encaminhado à Câmara Municipal.

- Na cidade de Estrela Dalva não há nenhuma entidade de classe, porém, com o Curso Líder Cidadão, está sendo criada a primeira Associação, que será dos Artesãos.
- O curso Redes Associativas, iniciado na comunidade de Goiabal, vem despertando nos participantes uma esperança de melhorar a renda de suas famílias por meio do artesanato de Bambu.

Santos Dumont

- A Adesan vem trabalhando com o projeto Turismo, realizando o I Entur (Encontro de Turismo de Santos Dumont). Neste encontro houve a participação de 130 lideranças envolvidas nas oficinas, em que discutiram projetos para sensibilizar a comunidade. Diversas palestras foram proferidas a respeito do turismo. A partir deste Encontro, serão trabalhados projetos e a formação do Comtur.
- Os cursos realizados permitiram uma aproximação com as cidades da microrregião que antes não eram trabalhadas pela Agência.
- Foram utilizadas horas de consultorias para a formação de projetos culturais por meio das leis de incentivos.

Ponte Nova

- Os cursos Saber empreender, Saber Rural e Líder Cidadão trouxeram uma motivação para os participantes, que querem se engajar nos projetos do Plano Diretor de Ponte Nova, além de valorizar o trabalho da Agevale.
- A Agevale conseguiu economizar nos custos dos cursos e atingiu toda a sua meta realizando inclusive um curso a mais. Houve uma aceitação muito grande das comunidades com os cursos da Rede e a compreensão do objetivo do projeto.

Circuito do queijo

- Por meio das horas de consultorias disponibilizadas para o trabalho do Proder Microrregional, está sendo feito um trabalho com o Comitê Técnico que envolve várias entidades além do Sebrae, a Embrapa, Epamig/CT/ Instituto de Laticínios Cândido Tostes, Emater/MG, IMA, Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba, Senar e UFV, para desenvolver Planos de Ação conjuntos. Foi criado um Comitê Técnico formado por estas instituições, que é órgão consultivo da Ader.
- As Prefeituras envolvidas no Circuito do Queijo aumentaram a contribuição e comprometimento a partir desta intervenção do Consultor do Sebrae.

- O Curso Líder Cidadão despertou nos participantes o compromisso de não deixarem Tocantins fora do Circuito do Queijo, apesar da não-adesão da Prefeitura Municipal.
- Em Rio Pomba, o curso Líder Cidadão resultou em três projetos que serão desenvolvidos pelos participantes, um deles é a criação de uma creche comunitária.
- Os participantes do Curso Saber Empreender estão formando o núcleo do Artesanato do Circuito do Queijo, que já está participando da Feira de Móveis em Ubá.
- Estão sendo trabalhados os municípios que efetivamente estão integrados à Ader, com participação nos fóruns locais e o regional, realizado em 21 e 22/11/2002, tendo o Consultor incentivado a realização do Curso "Liderar" em todos os municípios envolvidos.
- As missões contemplaram, dentre outros, o Projeto do Circuito Turístico Caminhos Verdes de Minas, que envolve sete municípios do "Circuito do Queijo", área de atuação da Ader.
- Os membros da Associação que gerenciam o projeto foram unânimes em afirmar a integração e interação entre eles, principalmente a partir da missão, quando tiveram oportunidade de experimentar novas vivências e conviverem mais intimamente durante a viagem.

Viçosa

- As atividades da Agência de Desenvolvimento estão focadas no processo de integração da classe empresarial, poder público municipal e Universidade Federal de Viçosa, absorvendo a filosofia construída pela Redde e disponibilizando de maneira complementar os seus diferenciais econômicos no campo da tecnologia, educação e turismo de eventos, para a região.
- A Adevi desenvolveu parceria com o Circuito Turístico Serras de Minas, que envolve os municípios da sua região, priorizando a aplicação estratégica dos programas da Redde aos participantes dessa organização.
- Foi realizado convênio com a Associação Comercial de Viçosa, visando ao fortalecimento e à ação conjunta no Programa Capacitar, que é um acordo internacional realizado com a Câmara de Artes e Ofício de Essen, Alemanha, juntamente com a Federaminas, visando à organização do setor produtivo em núcleos setoriais.
- A Adevi realizou cinco palestras de sensibilização e sete treinamentos em Viçosa e região. Todos os contatos foram feitos com lideranças formais e informais das comunidades visitadas.

- Na cidade de Pedra do Anta uma associação de moradores de bairro foi reativada após a realização do Programa Liderar do Sebrae.
- Em Ervália a Adevi trabalhou sempre em parceria com a Câmara de Dirigentes Lojistas local, o que possibilitou a realização dos Cursos Liderar e Saber Empreender, ambos com turmas cheias. Após os cursos a comunidade se encontra mais motivada e busca a organização das lideranças dos bairros para a articulação junto à prefeitura.
- Em Viçosa existe a participação direta da Adevi nas ações de empreendedorismo dentro da Universidade Federal, como a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica e o Parque Tecnológico, aproximando as demandas da região com o meio científico, para aprimorar o processo de transferência de tecnologia à livre iniciativa.

Gestão da Redde

- Foram realizados todos os módulos do Curso Ópera e percebemos o amadurecimento dos participantes, que estão pensando e articulando em rede. A profissionalização das atividades das agências e a conseqüente influência positiva em suas comunidades estão evidenciadas.
- O curso foi realizado nas instalações da Embrapa – Gado de Leite, em Coronel Pacheco, fruto de parceria com a empresa, que cedeu suas instalações e hospedou o pessoal a um baixo custo.
- Durante a realização dos módulos houve reuniões dos Agentes de Desenvolvimento, em que surgiram diversas demandas de ação, sendo uma delas a realização do 1º encontro da Redde, envolvendo, além dos participantes do Ópera e presidentes, todos os demais parceiros das Agências.
- Outra missão importante foi a visita de alguns técnicos a Patos de Minas, em que puderam constatar algumas experiências positivas que estarão sendo inseridas na região.
- As palestras ocorridas contemplaram o Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Juiz de Fora, com grande sucesso.
- A outra palestra envolveu um grupo de Artesãos de Barbacena.
- O II Fórum de Desenvolvimento realizado em Ubá no mês de novembro de 2002, com o tema “Avança Zona da Mata e Campo das Vertentes”, foi resultado da articulação da Redde, com participação expressiva das agências, que trouxeram os seus diagnósticos microrregionais e reivindicações, para serem apresentados e debatidos. O documento resultante do Fórum e a Carta Magna dos participantes foram entregues às mãos do

Vice-Presidente da República, Senador José Alencar e ao representante do Governo Estadual em junho de 2003.

- ♦ A Redde participa do Programa de Fruticultura da Zona da Mata, que envolve a Faemg, Sebrae e UFV, articulando a integração estratégica deste setor, ao contrário do que ocorria no passado, com individualização e sobreposição de focos.
- ♦ No mês de fevereiro de 2003 houve a eleição da nova diretoria da Redde, tendo sido eleito Presidente Wiliam Francisco Alves, representante da Adevi, juntamente com Carlos Alberto Marques da Silva, representante da Adubar, como Diretor-Secretário e Geraldo Messias, representante da Agevale, como Diretor-Financeiro. A Posse dos membros da Diretoria ocorreu em reunião realizada em Viçosa no mês de abril de 2003. A Sede da entidade foi transferida para Viçosa e está integrada à estrutura da Casa do Empresário.

Ressaltamos o grande efeito produzido pelos treinamentos nos municípios, criando um contingente de novos agentes, envolvidos cada dia mais com o processo de desenvolvimento de sua região. Prefeitos, vereadores, lideranças empresariais, comunitárias, acadêmicas e de diversos outros setores estão se alinhando, buscando uma alternativa viável para as suas comunidades.

Durante a realização dos treinamentos muitas demandas estão sendo levantadas, obrigando-nos a buscar novas parcerias e alternativas, para atendê-las, como Senar, Senac, Embrapa, Epamig, Faemg, Emater, Escola Agrotécnica de Rio Pomba, UFJF, UFV e outros órgãos.

Ratificamos a nossa convicção sobre a consistência do modelo de organização que está sendo trabalhado e a importância do Convênio com o Sebrae, para a concretização das primeiras atitudes geradoras de resultados práticos. A transformação da realidade econômica e social com o desenvolvimento integrado e sustentável da Zona da Mata e Campo das Vertentes será o resultado final construído por quem está ligado e responsável diretamente pelos seus rumos.

Arte Rural

Maris Stela Pires Lima

Introdução/Histórico

O Município de Diamantina está situado na Região do Alto Jequitinhonha. É um município com área extensa, são 3.880,5 km, com uma população de 44.260 habitantes, dos quais 15.636 residem na zona rural.

A economia do município até pouco tempo era baseada no extrativismo mineral e vegetal, mas com a escassez desses produtos, hoje, buscam-se alternativas no turismo, educação e agricultura.

O município possui dez distritos, sendo Planalto de Minas um deles, com uma extensão territorial de 409 km e uma população de 1.446 habitantes, que vivem basicamente da agricultura de subsistência, garimpo e produção de carvão.

A mão-de-obra não-remunerada, principalmente da mulher, a ociosidade de muitos adolescentes, a abundância de matéria-prima (palha de milho) e o trabalho de assistência técnica da Emater-MG na região deram origem a uma nova atividade com geração de renda para a comunidade de Planalto de Minas em 1995: o projeto “Artesanato rural como geração de renda por meio da agregação de valor à matéria-prima local existente e/ou produzida – Arte Rural”. Nas mãos da mulher e do homem do campo a valorização do que é seu: matéria-prima local.

O projeto tem como objetivo capacitar famílias rurais na produção artesanal (o artesanato não era característica da região) e orientar os já então artesãos, em

suas ações para o aumento da competitividade a partir da qualidade do produto, da organização da comercialização, melhor produtividade, do gerenciamento da atividade, da promoção e divulgação. O artesanato representa uma fonte de renda familiar com o aproveitamento de matéria-prima local, trabalhada numa visão de negócio com a expansão da capacidade empreendedora da família rural, proporcionando a melhoria sustentável das condições de vida, evitando assim o êxodo rural.

O projeto tem como alicerce e pedra fundamental a forte mobilização e ideal associativista que é demonstrado pelas 50 famílias de pequenos agricultores da região, hoje também artesãos.

Local de Realização: Comunidade de Planalto de Minas - Diamantina/MG

Entidades participantes: Emater-MG (realização); "Prorenda Rural", Prefeitura Municipal de Diamantina, Assinart (Associação Independente dos Artesãos de Diamantina) e Grupo de Produtores Rurais Eduardo Rodrigues Costa (parceiros); Embrapa Milho e Sorgo, Sebrae, Centro Cape, Mãos de Minas, Adeltur e Unimontes (apoio).

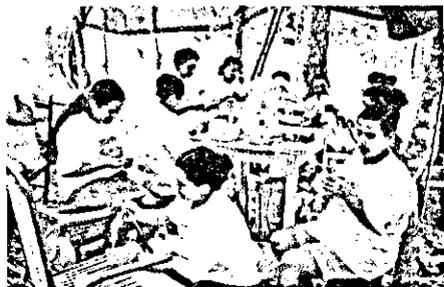
Fases de desenvolvimento do projeto

Até 1995, não existia nenhuma atividade com artesanato na região. Nem sempre a arte é nata, muitas vezes, o artista precisa ser descoberto por ele mesmo. As famílias são, então, capacitadas e motivadas a inserir-se no mundo do empreendedorismo, tendo o artesanato como negócio. A Emater-MG, juntamente com seus parceiros, proporciona isso: que a família rural se descubra, e passe a acreditar que é capaz de se fazer agente de mudanças no contexto sociocultural.

Sob esta perspectiva, houve o reconhecimento do Projeto como referência para o município, no âmbito de alternativas tecnológicas socialmente adequadas e ambientalmente sustentáveis, para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais.

A etapa seguinte consistiu da divulgação dos trabalhos, da intensificação das capacitações para os artesãos e das conquistas de novos mercados.

A parceria firmada com o “Prorenda Rural” – MG, em 1998, veio impulsionar a produção artesanal por meio das oportunidades de financiamento de equipamentos, capacitações, excursões técnicas e oportunidades de mercado pela participação em feiras estaduais e nacionais, não somente com produtos, mas também com a presença de artesãos para venda e oficinas vivas, proporcionando maior segurança e credibilidade a cada artesão e ao grupo que se tornou cada vez mais sólido.



Oficinas vivas:
estratégia de agregação e divulgação.

Para a comercialização, a distância da sede do município (110 km) e a inexistência de local comunitário para exposição e venda dos produtos pareciam representar sério problema no desenvolvimento do projeto, mas foram encarados apenas como desafios. Por meio de organização constante e pagamento de Carnê de Mensalidade no valor de R\$10,00 por artesão, a Associação proporcionou soluções a esses problemas, assumindo os custos do aluguel de uma sala na Loja da Assinart (Associação Independente dos Artesãos de Diamantina), localizada na sede do município, e de um espaço definido nas Feiras Municipais que ocorrem aos sábados no Mercado Velho, além das despesas de deslocamento e alimentação.



Utilização de espaços para
divulgação e comercialização.

A associação mantém ainda uma loja na sede da comunidade rural (Planalto de Minas) em sistema de rodízio de trabalho, pela qual os associados estão atendendo

seus clientes ao longo dos 365 dias do ano, tendo ainda a oportunidade de vir a montar oficinas vivas *in loco*, com o objetivo de atender a grupos turísticos de hotéis, com os quais já mantem parcerias para exposições e vendas permanentes dos produtos.

Atualmente, 50 artesãos de Planalto de Minas, buscando a diversificação de suas peças, transformam, além da palha de milho, do cipó e da argila, a bucha vegetal em belíssimas peças artesanais decorativas e utilitárias, como: bonecas, figuras de presépio, bruxas, fadas, bailarinas, móveis, cestas, balaio, panelas, jarras, tramas nos mais variados modelos para porta-vinhos, porta-revistas, baús e outros, litros encapados, flores etc., com recursos para capacitações por intermédio do “Prorenda Rural” – MG, Prefeitura Municipal, Setascad, Pronaf.



Diversificação dos produtos criados pelos artesãos do projeto.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Com as portas abertas para a comercialização, hoje o Projeto Arte Rural é uma realidade. Resultados positivos transformam a vida de pequenos agricultores familiares que se tornam artesãos com a média de um salário mínimo mensal e melhoram a qualidade de vida com condições mais dignas de moradia, saúde, educação, lazer e o resgate da cidadania.

Dentre os resultados obtidos com a implantação do projeto, pode-se ressaltar os seguintes:

- ♦ Geração de ocupação e remuneração da mão-de-obra de seus integrantes.
- ♦ Melhoria quantitativa e qualitativa da alimentação das 50 famílias integran-

tes do Projeto Arte Rural (165 pessoas) pela participação dos artesãos na renda familiar.

- Melhoria das moradias – construções, ampliações, reformas, aquisição de eletrodomésticos.
- Quebra de paradigma: rapazes têm a primeira oportunidade de trabalho com geração de renda na produção de bonecas de palha, desenvolvendo a competência empreendedora e conquistando novos espaços ao iniciar projeto de apicultura e ao tornarem-se sócios do mais novo projeto da região: uma fábrica de polvilho.
- Artesãos se comportando como empreendedores, tendo o artesanato como negócio.
- Resgate da produção de milho variedade (palhas coloridas).
- Melhoria do vestuário e das condições de saúde.
- Melhoria da articulação dos artesãos com o mercado, órgãos de apoio e centros de decisão política.
- Dinâmica da organização em busca de autonomia, autogestão e redução da dependência externa.
- Experimento com 25 cultivares de milho, todos de palha colorida, em parceria com a Embrapa Milho e Sorgo e o Instituto Centro Cape – Apex, tendo como objetivo a identificação e a avaliação de características especiais de tipo e cor de palha, para a produção artesanal, associados a uma boa produtividade de grãos, para atender às necessidades das comunidades.
- O projeto tem efeito demonstrativo para a região e outras cidades, produzindo novos resultados, capacitando famílias rurais de diversos locais (Viçosa, Bonfim, Oliveira, Bocaiúva, Januária, Gouveia, Brasília-DF), em parceria com o “Prorenda Rural” – MG.
- A Associação Arte Rural tem conquistado a confiança e a credibilidade de ONGs e organizações sociais e instituições políticas.
- Os participantes do projeto apresentam visão melhorada sobre a sua atividade e sua inserção no mercado e na comunidade local.

O Projeto Arte Rural, hoje Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Planalto de Minas – Arte Rural, é formado por três gerações, com a participação de homens e mulheres com idade de 16 a 75 anos. O artesanato, que até 1995 não existia na região, é agora profissão para muitos, tendo o artesão participação ativa na renda familiar, proporcionando a melhoria da qualidade de vida.

Pelas características da região, onde os moradores encontravam-se dispersos, distantes 110 km da sede do município e, conseqüentemente, também do poder público, dos grandes centros consumidores, com difícil acesso a bancos, correios, transportadoras etc., faz-se necessária cada vez mais a solidez da organização. Por isso, o intenso trabalho da Emater-MG de Diamantina, com a ajuda dos parceiros, tem sido crucial para que mais famílias sejam capacitadas em técnicas de produção, dentro de um espírito associativista, objetivando agregar valor aos mais variados produtos existentes e/ou produzidos na região, seja para produção artesanal ou para beneficiamento/processamento de alimentos.

Não se perde a característica solidária de repasse de aprendizado a outras regiões, mas se busca a cada momento um diferencial em busca da permanência no mercado e a garantia de estar a todo momento preservando o espaço conquistado pela família rural: a certeza de ser capaz de fazer mudanças.

Associativismo como forma de inserção do agricultor familiar na cadeia produtiva do leite

Ronaldo da Rocha Braga

Maria de Fátima Million Rossi

Fábio Homero Diniz

Introdução

Localizada na Zona da Mata mineira, Silveirânia possui 154 km² e cerca de 2.120 habitantes, dos quais 70% ocupam o setor agropecuário.

No município existe apenas uma indústria, no setor têxtil, que conta com cerca de 15 pessoas empregadas. A maior fonte geradora de emprego direto é a prefeitura. A principal atividade agropecuária é a bovinocultura leiteira, absorvendo aproximadamente 80% da mão-de-obra do setor. Existem aproximadamente 210 produtores ativos, dos quais 110 dedicam-se em parte ou totalmente à atividade leiteira. A outra atividade associada à agropecuária é o cultivo de pimenta malagueta, milho e feijão, porém sempre como atividades associadas à bovinocultura de leite.

No final de 1997 havia uma grande dificuldade de produção e comercialização do leite, causadas, principalmente, pelo escoamento da produção, pois os compradores do leite eram de outros municípios, o que onerava o frete, tendo impacto direto no preço final recebido pelo produtor.

Com a proposta de agregar valor ao leite, aumentar o poder de barganha na negociação com laticínios e cooperativas e profissionalizar a produção de leite de pequenos produtores do município, surgiu a Associação dos Produtores Rurais de Silveirânia.

Na época em que se cogitou a instalação de tanques de expansão (Janeiro/1998), ainda não havia uma exigência ou uma legislação pertinente a esta atividade, sendo hoje outra realidade com a Instrução Normativa número 51 regulamentada.

A média da associação gira em torno de 65 litros de leite/produtor/dia. Existem produtores com produção de 200-300 litros/dia, porém são todos de base familiar. Cerca de 95% dos 110 produtores ativos atualmente na associação possuem mais de 80% de sua renda proveniente da atividade rural.

Fases de desenvolvimento do projeto/atividade

No início, para a compra dos dois primeiros tanques de expansão, houve a necessidade de um financiamento na linha Pronaf Investimentos no valor de R\$ 12.000,00, e que, um ano após a captação deste recurso, já foi integralmente liquidada no banco. Nesta fase, a maioria dos produtores desistiu do projeto, pela demora devido às “intermináveis” reuniões ou achando que seria necessário desembolsar elevadas quantias em dinheiro para a execução do projeto. Então, a associação contava com 22 produtores, que, de fato, foram os empreendedores da associação.

A forma de levantamento de recursos encontrada para que todos os produtores pudessem participar da associação de forma igualitária, independentemente do volume produzido, foi a de se abrir mão, por um período de 11 meses, de 10% do valor a mais pago pela cooperativa pelo leite resfriado. O produtor que entrar hoje na associação paga, ainda, uma jóia de 70% do salário mínimo, dividido em até seis vezes.

A prefeitura arcou com os custos totais das três primeiras instalações, e as outras duas, construídas num momento em que a associação já estava capitalizada, contaram com o apoio da prefeitura na mão-de-obra e trabalho de limpeza e nivelamento da área a ser construída, sendo o material custeado pela associação.

O processo para a obtenção da autorização, visando à confecção e à emissão de notas fiscais, deu-se pelos trâmites normais, sendo esta autorização emitida pela AF (arrecadação fazendária) de Ubá. O processo foi demorado, cerca de dois

meses, porém não nos foi passada restrição nenhuma quanto à utilização da Nota Fiscal pela associação de produtores. Já na Receita Federal, para a obtenção do CNPJ, o processo demorou cerca de 15 dias, também sem problemas.

A localização dos tanques foi definida em conjunto, dentro dos seguintes critérios: favorecer o maior número de associados possível, com distâncias médias das propriedades; produtor que pudesse ceder em comodato uma área para a construção das unidades; possibilidade de acesso no ano todo, do caminhão-tanque que fará a coleta do leite. Os grupos são formados de acordo com a conveniência da distância até o tanque, tendo liberdade de mudança, caso necessário, desde que haja espaço disponível no tanque.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Como resultado direto, houve o incremento na renda dos produtores, pela melhor remuneração do leite vendido. Com isso, houve um estímulo à produção, aumentando substancialmente o volume de leite produzido (75.000 litros em dezembro de 1998 e cerca de 240.000 litros em maio de 2003).

Está sendo construída a sede da associação e um galpão onde deverá ser instalada uma fábrica de rações, com objetivo de fornecer um produto com custos menores aos produtores associados.

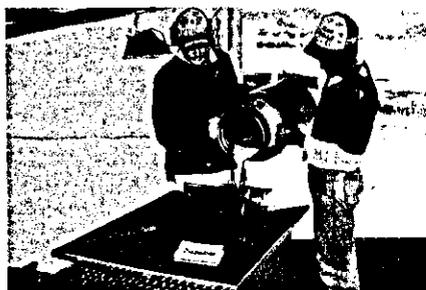
Como ações de apoio à produção, a prefeitura municipal disponibiliza, em parceria com a Emater-MG e a Associação, um programa de melhoramento genético, por meio da inseminação artificial. Outro programa de sucesso com a parceria é a vacinação contra brucelose.

A Associação estabeleceu convênio com a Unimed, facilitando o acesso dos produtores associados aos médicos e aos exames, segundo a tabela de preços da empresa.

As próximas ações com os produtores associados referem-se à melhoria da qualidade do leite, por meio do monitoramento do leite produzido.



Captação do leite pelo caminhão da cooperativa.



Na plataforma de recepção, o leite é coado antes de ir para o tanque.

Programa de produção de cachaça de Minas de quali- dade de Juiz de Fora e região

Severino Rodrigues Costa

Introdução/Histórico

O trabalho foi iniciado em 1997 por meio de um encontro de produtores sobre a produção de cachaça de qualidade. Nesta época, os participantes produziam cachaça sem qualidade, sem padrão de produção, além da fabricação em instalações inadequadas. Em maio de 1998, com a realização de treinamento para produtores da região, iniciou-se um trabalho de organização do setor, com a participação de 24 produtores para adequarem suas instalações, equipamentos para produzirem um produto de qualidade e dentro das normas do Ministério da Agricultura. Com o trabalho em desenvolvimento, foi criada uma associação de produtores em maio de 1999, composto por 20 sócios e que recebeu o nome de Apraca.



Alambique de produção artesanal
de cachaça de qualidade.

Atualmente o trabalho está voltado para a criação de uma Cooperativa Regional de Produtores de Cachaça, vinculada à Cooperativa Central dos Produtores do sistema Ampaq (Associação Mineira de Produtores de Aguardente de Qualidade) para que

tenhamos uma marca única no Estado, visando à padronização e ao engajamento para melhorar a comercialização da cachaça produzida nas cooperativas regionais.

Local de realização: Municípios de Juiz de Fora, Lima Duarte, Rio Novo, Santana do Deserto, Bías Fortes, Belmiro Braga, Matias Barbosa, São João Nepomuceno e Rio Pomba.

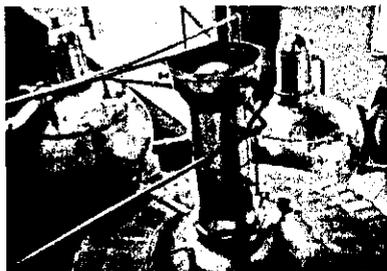
Entidades participantes: Emater-MG (Juiz de Fora), Gerência de Agropecuária e Abastecimento – Prefeitura de Juiz de Fora, Ministério da Agricultura, Universidade Federal de Juiz de Fora, Sebrae-MG.

Resultados alcançados

Neste período, de 1997 a 2002, foram aplicados R\$ 755.000,00 na construção, adaptação de instalações e aquisição de equipamentos para obtenção de registro com o Ministério da Agricultura.

- ♦ Recursos próprios: 15 projetos com R\$ 701.525,00
- ♦ Crédito Rural: 05 projetos com R\$ 53.475,00
- ♦ Número de postos de trabalhos gerados: 224
- ♦ Empresas registradas no Ministério da Agricultura: 12
- ♦ Processos em andamento: 8
- ♦ Capacidade instalada dos associados: 665.000 litros/ano
- ♦ Produtores e trabalhadores treinados: 80

Com o andamento dos trabalhos, esperamos que mais produtores se associem, regularizem suas agroindústrias e se organizem dentro de cooperativas regionais para melhorarem a qualidade da cachaça de alambique e melhorarem a comercialização. Com o advento da criação da marca única em Minas Gerais, espera-se que o setor se organize melhor e chegue até a exportar o produto.



Detalhe do alambique de produção artesanal de cachaça de qualidade.

Exploração do mercado de cafés especiais na Zona da Mata de Minas Gerais

João Cesar de Resende

Aloísio Torres de Campos

Wanderlei Ferreira de Sá

Alberto Duque Portugal

Geraldo Magela Pereira Emery

Introdução/Histórico

Passaram-se definitivamente os tempos em que para sobreviver na cafeicultura os produtores não precisavam se preocupar com eficiência administrativa, qualidade do produto, meio ambiente, relações trabalhistas, custos de produção e concorrência internacional. Como todas as demais cadeias produtivas do agronegócio, esta atividade também foi afetada pela globalização, abertura dos mercados, entrada de novos produtores no mercado mundial e pelas mudanças de hábitos dos consumidores que passaram a exigir uma nova concepção de produto, revestidos de excelente qualidade, ecologicamente corretos, socialmente justos e acima de tudo, baratos. A nova conjuntura trouxe o achatamento de preços e corroe os lucros – até pouco tempo atrás relativamente fáceis na agricultura – obrigando os produtores a se modernizarem tecnologicamente e a buscarem eficiência administrativa, principalmente aumentando produtividade e reduzindo custos. Um dos caminhos seguidos por grande parcela dos produtores foram o aumento de escala de produção e a introdução da mecanização para várias operações até então executadas, principalmente, com emprego de mão-de-obra pouco qualificada. Estas medidas associadas a uma intensificação no uso de tecnologia mais moderna como espaçamentos adensados, cultivares mais produtivas, fertilizantes mais concentrados e defensivos mais eficientes permitiram a sobrevivência econômica de muitos produtores. Outra saída encontrada por uma parcela de produtores de algumas regiões brasileiras foi a busca de um nicho de mercado caracterizado por produtos diferenciados em termos de qualidade denominado “cafés especiais” ou “cafés descascados”. Trata-se de um

mercado em rápida expansão no mundo, chegando a um crescimento anual em volume, na última meia década, de quase 20%. Neste período, o crescimento do mercado convencional dos cafés comuns não passou de 1% ao ano, ou seja, um crescimento apenas vegetativo normal. Este pôster relata a experiência de grupo de produtores da Região de Caratinga, em Minas Gerais, na exploração deste mercado.

Fases de desenvolvimento do projeto/atividade

Boa parte dos produtores de café da Região de Caratinga, Zona da Mata de Minas Gerais, está organizada em torno da Copercafé (Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Caratinga). Atualmente são cerca de trezentos associados em atividade que, em conjunto, comercializam, por intermédio desta Cooperativa, entre 55 e 90 mil sacas de café beneficiado por ano, dependendo do ano-safra ser de baixa ou alta produção. A Região de Caratinga é caracterizada por pequenos e médios cafeicultores com produtividade ao redor de 16 sacas por hectare e área cultivada média de 15 ha por propriedade. Até cinco anos atrás toda a produção da região era comercializada no denominado mercado de café *commodity*, ou seja, o mercado convencional de café padrão, destinado ao consumo interno e ao mercado internacional. Os preços neste mercado seguem as oscilações naturais das bolsas de mercadorias, porém com tendência clara de queda real rápida ao longo dos últimos anos. Os produtores da Região de Caratinga e de toda a Zona da Mata de Minas Gerais, pequenos em sua maioria, vinham passando por dificuldades financeiras neste cenário pela baixa escala de produção e dificuldades naturais em mecanizar as lavouras, enfrentavam estrutura de custos de produção relativamente mais elevados do que os produtores maiores. A direção da Copercafé começou a buscar alternativas para contornar a crise e de certa forma salvar os produtores de um eminente colapso financeiro. Os caminhos técnicos tradicionais foram explorados. Dentro do possível buscou-se orientá-los no intuito de reduzir custos via aumento de produtividade com a adoção e utilização de tecnologias de produção mais modernas e eficientes nas lavouras. Tais medidas amenizaram, mas não solucionaram a questão da rentabilidade dos produtores. A queda contínua dos preços reais fez com que os custos de produção superassem os preços de venda, principalmente no caso dos produtores com menores escalas de exploração. A crise foi se agravando, com produtores abandonando lavouras e crescendo rapidamente o desemprego no meio rural da Região. Nesta situação é que a Copercafé procurou novas alternati-

vas e encontrou uma solução no mercado dos cafés especiais, cujos preços eram diferenciados pela melhor qualidade do produto.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

A iniciativa dos técnicos da Copercafé buscou agregar valor ao café vendido no mercado convencional de *commodities* nas bolsas de mercadorias, estabelecendo qualidade e alcançando níveis melhores de preços. Para isso foram realizados trabalhos educativos junto aos cooperados sensibilizando-os sobre as vantagens da qualidade do produto e orientando tecnicamente sobre os procedimentos a serem adotados. As ações neste sentido tiveram início em 1998 com organização de palestras e cursos de especialistas do ramo, mostrando as diferenças entre os dois tipos de cafés (especiais e *commodities*), processos de secagem e formas de armazenagem. Paralelamente, a direção da cooperativa vasculhou o mercado e estabeleceu contato com os potenciais compradores exportadores. Os produtores, orientados pelos técnicos da cooperativa, fizeram os investimentos necessários em lavadores, despulpadores e desmuciladores. Eles adotaram a nova idéia e investiram cerca de R\$ 25.000,00 em máquinas e equipamentos para se adequar à nova estrutura exigida para a produção dos cafés especiais. Repassavam amostras do produto à cooperativa que, por sua vez, as encaminhavam aos potenciais compradores para análise de qualidade e possível contrato de compra e venda. A Coopercafé negocia conjuntamente os contratos em nome dos produtores, acompanha o processo de entrega do produto e faz os recebimentos. Em contrapartida recebe participação de 1% do valor negociado, a título de cobrir os custos com telefonemas, viagens e outras despesas administrativas. O impacto de todo este trabalho pode ser visto nos preços recebidos no ano safra 2002, ou seja, numa época em que os preços do café *commoditie* estava na faixa de R\$ 140,00 por saca, a produção dos cafeicultores que adotaram o programa foram vendidos pelo preço médio de até R\$ 240,00: um ágio de mais de 70%. Na safra de 2002 foram comercializadas nesta condição, aproximadamente, 30 mil sacas de cafés na Região de Caratinga. No total, pode ter sido obtida uma receita adicional de R\$ 3 milhões pelos produtores, valor suficiente para financiar 120 estruturas de beneficiamento e processamento para produção de cafés especiais. Para a safra de 2003, o ágio esperado pode chegar a 100%, caso os produtores consigam padrão de qualidade aceito por uma tradicional empresa italiana do ramo dos cafés especiais. Há de se considerar também que a diferenciação do produto pode ser ainda melhor considerando a especialização e

treinamento dos produtores com a tecnologia necessária para se obter os cafés especiais.

Este caso típico de sucesso em tecnologia e gestão do agronegócio pode ser seguido por outras regiões. É um caminho promissor para buscar sustentação para atividades agrícolas que atravessam épocas de crises e de ajustes em virtude da nova realidade do mundo globalizado, cada vez mais competitivo.

Palha de milho: gerando renda e emprego

Wanderly Fernandes de Carvalho

Histórico da atividade artesanal no Município de Cipotânea/MG

O Município de Cipotânea, situado na Região Sudeste do Brasil, mais precisamente na Zona da Mata mineira, possui uma extensão territorial de 150 km² e uma população de aproximadamente 6.400 habitantes. Mais de 70% dessa população reside na zona rural, explorando as atividades básicas em regime familiar. Entre as atividades desenvolvidas, destaca-se o artesanato em palha de milho.

No histórico da atividade artesanal no Município de Cipotânea, há informações de que ela foi introduzida no município por volta de 1947, por intermédio do padre José Geraldo das Mercês, vigário da cidade, preocupado com o bem-estar dos mais carentes, que mendigavam pelas ruas sem nenhuma atividade. Ele introduziu esse trabalho feito com palha de milho, procurando melhorar o nível sócio-econômico da população.

Os primeiros trabalhos foram as cestas para uso doméstico, que foram aperfeiçoando-se com a ajuda e incentivo do vigário e mais tarde, por volta de 1952, começaram a ser comercializados.

Constam de dados estatísticos da cidade que o número aproximado de pessoas envolvidas no trabalho é superior a 600 famílias, entre aqueles que se encontram tanto na zona rural quanto na urbana. Atualmente 25% da população está envolvida direta ou indiretamente na atividade artesanal, correspondendo ao emprego de mais

de 1.600 pessoas das zonas rural e urbana, envolvidos em atividades de tecelagem, e mais de 60 pessoas, adultos e jovens, responsáveis pela fabricação de armações de madeiras para confecção dos baús, cestos, cadeirinhas, entre outros. As comunidades que concentram maior número de artesãos são: Boa Vista, Rola, Prata, Montanha, Ribeirão Farias, Paciência, Nunes, além da zona urbana, especificamente nos Bairros Santana, Vila do Carmo, Vargem Alegre.



As atividades com artesanato envolvem pessoas da zona rural e urbana.

A comercialização até então era feita somente por intermediários, que definiam o preço das peças, aproveitando-se da carência e da necessidade das famílias. Tal situação comprometia a criatividade e a auto-estima das pessoas com a desvalorização de seu trabalho.

Procurando contornar essa injustiça social, foi se desenvolvendo no município algumas formas de luta para a melhoria da economia, dentre elas, o incentivo da melhoria do trabalho artesanal, introdução de novos modelos, divulgação cada vez mais da importância do artesanato, principalmente para as famílias da zona rural.

A festa do milho, realizada na segunda semana de julho, tem como objetivo melhorar a produtividade do milho e a qualidade do artesanato e, ainda, dar oportunidade aos artesãos de divulgarem e comercializarem seus trabalhos a um preço justo.

Entidades participantes: Emater-MG, “Prorrenda Rural”, Embrapa Milho e Sorgo, Central Mãos de Minas.

Evolução da atividade artesanal no município

No dia 07/07/2000 foi realizada, pela TV Minas, a primeira reportagem sobre a atividade artesanal nas comunidades Ribeirão Farias, Rola, Bairros Santana e Vila

do Carmo, com a iniciativa da Emater-MG. Logo depois, 30 artesãs participantes da matéria foram convidadas para uma primeira reunião, para que todas pudessem rever a matéria, partindo daí a idéia de se criar uma associação.

A partir do dia 6/12/2000 foi realizada a primeira reunião oficial de fundação da associação das artesãs que passaram a realizar reuniões mensais com o propósito de se criar a associação, o que veio a acontecer dois anos depois, já conscientes e mobilizados para o trabalho em grupo. Sempre com suas reuniões mensais, decidiram buscar parcerias de outras organizações, destacando “Prorenda Rural”, Central Mãos de Minas, que viabilizaram recursos para treinamentos, cursos e participações de feiras dentro e fora do Estado de Minas. Nesse sentido, podem ser citados os exemplos da feira e exposição em Porto Seguro (Bahia), Feira Nacional de Artesanato em Belo Horizonte, Feira Multiminas, Feira Internacional da Grift Fair, em São Paulo. Além disso, houve o envio de amostras de produtos para a Feira Internacional em Bolonha, na Itália, que resultou na visita de um representante da organização “Comércio Alternativo da Itália” em nosso município, para conhecer o trabalho das artesãs. Com esse valioso apoio, as artesãs perceberam que seriam capazes de conseguir um preço digno, fazendo nascer na consciência de cada um a autovalorização e a necessidade de se unirem.

Foi por intermédio da organização que, em julho de 2002, a associação teve a oportunidade de divulgar ainda mais o trabalho no município, pelo programa Globo Rural, em matéria especial, criando dessa forma novos mercados e promovendo o nome do município no cenário nacional.

Diante de todo o trabalho de marketing e treinamento, novos mercados foram conquistados. A associação melhorou muito a qualidade dos produtos, os preços pagos às artesãs foram reajustados, melhorando também até o preço pago pelos atravessadores que se sentiram ameaçados pela iniciativa a favor do associativismo. A associação passou a ser a equipe de frente na conquista de melhores preços para as artesãs de modo geral.



Marketing e treinamento:
estratégia para melhoria da qualidade
e conquista de novos mercados.

Resultados alcançados e novas perspectivas

Atualmente, o volume estimado de produção no município é de 40.000 peças mensais. A matéria-prima passou a ser insuficiente para atender aos pedidos, elevando seu custo. Hoje o custo do quilo da palha é 100% superior ao custo do quilo do milho. Diante disso a Emater está conduzindo trabalhos que possam sanar as deficiências de matéria em determinadas épocas do ano, negociando com municípios vizinhos o fornecimento de palha e, também, iniciando um trabalho de implantação de campos de observação voltados para a identificação e multiplicação de variedade de milho com maior probabilidade de produção de palha para o artesanato.

Entre outros, foi estabelecido no município, pela Embrapa Milho e Sorgo, um experimento para pesquisa de milho destinado a conciliar a produção de grãos e de palha colorida e de qualidade, que atenda às necessidades dos artesãos e produtores rurais. Trabalhos estes que certamente irão ter continuidade, sempre com o objetivo de suprir as necessidades das artesãs.

Foi cedido à associação um espaço provisório para instalação de uma pequena loja na sede do município, onde os associados têm a oportunidade de vender seus produtos diretamente aos consumidores. Além do espaço, o grupo atende também a pedidos de várias cidades do Brasil.

Atualmente a associação conta com a participação de mais de 65 associados do município. O volume comercializado ainda está limitado, devido à necessidade de se criar uma infra-estrutura de armazenamento e comercialização dos produtos dos associados.

A associação está buscando mais apoio do poder público municipal e também de outros órgãos, visando à implantação dessa sonhada infra-estrutura de apoio, ou seja, um galpão para instalação da oficina de trabalho, reuniões e treinamentos, e ainda um espaço para armazenamento da matéria-prima e dos produtos, bem como para a comercialização da produção, que se tornou muito diversificada (estima-se que no município sejam produzidas mais de 500 linhas de produtos diferenciados, todos à base de palha de milho). Por trás de todo o resgate da dignidade e valorização do artesão está o trabalho de assistência técnica da Emater-MG, bem como o apoio dos parceiros envolvidos.



Linhas de produtos diferenciados,
todos a base de palha de milho.

O caso do Circuito do Queijo em Minas Gerais

Mauren Miyaji

Cláudio Furtado Soares

Geraldo Alvim Dusi

Introdução

O principal fator positivo que justifica investimentos no setor de laticínios no Brasil, é a abrangência do mercado, pois o País possui mais de 160 milhões de habitantes. Segundo Bernardes et al. (2000), o Brasil apresenta déficit de abastecimento e um invejável potencial de crescimento de consumo *per capita*.

A expectativa para os próximos anos é de crescimento nas produções mundial e nacional de produtos lácteos, em conseqüência do aumento do consumo.

A base econômica da Região da Zona da Mata é constituída pela bovinocultura de leite, suinocultura, agroindústrias, além do cultivo de alguns produtos agrícolas tais como milho, feijão, arroz, fumo e frutas.

Um maior volume de leite produzido na região era destinado a grandes laticínios, como a Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro – CCPL e a Parmalat.

Com as mudanças econômicas ocorridas a partir da década de noventa, como a desregulamentação do mercado, a abertura da economia brasileira ao mercado internacional, a integração do Brasil no Mercosul, além da coleta do leite a granel, houve o afastamento desses grandes laticínios e concomitante aumento

no número de pequenos laticínios, muitas vezes, sem condições adequadas para o beneficiamento e industrialização do leite produzido na região.

Produtores, lideranças na região da bacia do Rio Pomba e diversas entidades ligadas ao setor agropecuário, percebendo os problemas supracitados, decidiram criar o Programa de Desenvolvimento Regional, em 1998, na Associação Comercial e Industrial de Rio Pomba (ACIRP). Este programa foi apresentado como uma alternativa viável para promover o desenvolvimento da região e organizar o setor, acompanhando e orientando o produtor ao longo da cadeia produtiva.

Ancorado no principal produto regional produzido atualmente, a região foi denominada de "Circuito do Queijo", abrangendo 16 municípios de características socioeconômicas semelhantes.

Local de Realização: Região do Circuito do Queijo em Minas Gerais. Municípios: Coronel Pacheco, Dolores do Turvo, Goianá, Guarani, Mercês, Oliveira Fortes, Paiva, Piau, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Santa Bárbara do Tugúrio, São João Nepomuceno, Silveirânia, Tabuleiro e Tocantins.

Fases de desenvolvimento do projeto

Dois estudos foram realizados abordando o Circuito do Queijo. O primeiro, uma tese de mestrado do Departamento de Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal de Viçosa, realizou uma análise das micro e pequenas empresas de laticínios enfocando a caracterização regional, a capacitação tecnológica, a gestão do controle de qualidade, a segurança alimentar, as expectativas das empresas em relação ao programa e as suas perspectivas.

Este estudo levou dois anos para ser realizado e foi viabilizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de uma bolsa e pelo Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFV.

O segundo estudo realiza uma caracterização dos laticínios da região do Circuito do Queijo. Esse estudo foi feito pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais/Centro Tecnológico/Instituto de Laticínios Cândido Tostes (Epamig/

CT/ILCT) e financiado pelo Sebrae. Foram entrevistados, ao todo, mais de 50 laticínios.

Resultados alcançados e perspectivas

Esses dois estudos representam um primeiro passo para desenvolver pesquisas sobre as dificuldades e demandas tecnológicas que afetam a competitividade destas e direcionar ações que viabilizem o aproveitamento de oportunidades de crescimento e alavancagem dos laticínios.

Analisando-se os resultados dos dois estudos, percebe-se que, em geral, as empresas possuem baixo nível de capacitação tecnológica, em função do baixo grau de escolaridade de funcionários e dirigentes, baixa frequência de treinamentos deles, a baixa frequência de acesso às fontes de informações e a natureza das mesmas, baixa tecnologia empregada, baixo nível de investimento, baixo grau e baixa frequência de inovação.

A maior parte das empresas possui interesse em aumentar a produção, embora existam fatores limitantes como o capital e o mercado. Essa expectativa de aumento estaria acima de 100%. O problema da limitação de capital poderá ser minimizado com o oferecimento de crédito rural em condições especiais para os produtores do Circuito do Queijo. A expansão do mercado também será viabilizada com a implantação da central única de comercialização e do selo de origem com a logomarca do Circuito do Queijo.

Vale mencionar a localização do Circuito do Queijo em relação às instituições de pesquisa, favorecendo a atuação dessas instituições como parceiras na realização de cursos e palestras visando à capacitação das empresas.

Os fatores positivos do programa, observados pelas empresas seriam: localização numa região favorável; iniciativa em desenvolver marketing regional; maior poder de barganha; pronta assistência ao produtor; e mobilização regional. Entretanto, citam os seguintes fatos negativos: ausência de meios de comunicação eficientes; más condições das estradas vicinais e rodovias de acesso aos pontos de venda; e ausência de ações concretas.

Arranjo produtivo moveleiro de Ubá

Eliane Rosignoli de Oliveira

Jamil Elganim Junior

GlauCIA Vale

Histórico

Ubá está localizada na Zona da Mata mineira, possui 80.000 ha e está a 290 km de Belo Horizonte e 300 km do Rio de Janeiro.

O surgimento da primeira indústria moveleira ocorreu na década de 60, quando o então marceneiro Francisco Parma começou a fabricar móveis em série. Grande empreendedor, motivou seus familiares e amigos a criarem também uma fábrica de móveis. Muitos funcionários dele também saíram para se tornarem empresários. Hoje estamos na quarta geração neste processo de implantação.

O móvel ubaense era para as classes média, baixa e pobre. Não apresentava muito diferencial e os empresários ubaenses eram considerados como espíões porque copiavam uns dos outros e também eram ex-peões de fábricas.

O grande surgimento de novas indústrias ocorreu no período compreendido entre os anos de 1985 e 1995. A partir daí a qualidade passou a ser fator preponderante com a abertura do mercado.

O Sebrae iniciou suas atividades em Ubá em 1995, com a instalação de um Balcão em parceria com a Associação Comercial. Realizou cursos de qualificação e Programa de Qualidade Total nas indústrias, principalmente as moveleiras. Porém, em 1997, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Local – Proder, o Sebrae realizou o Diagnóstico Municipal que culminou com a criação

da Agência de Desenvolvimento de Ubá e Região – Adubar. Neste Diagnóstico foi constatado que a economia de Ubá estava ancorada no setor moveleiro, o qual era responsável por 55% da arrecadação total do ICMS do município.

As instituições locais (Associação Comercial, Sindicato Moveleiro e Prefeitura) não tinham um bom relacionamento entre si. Porém, com a criação da Adubar os parceiros locais passaram a se relacionar em prol do desenvolvimento do Município e do Pólo Moveleiro.

Em 1999 pelo Projeto Cresce Minas, da Fiemg, foi realizado um Diagnóstico no setor que identificou o Pólo de Ubá como um *Cluster* informal - Cedeplar/UFMG (Crocco). Também houve a confirmação de Ubá como *Cluster* potencial pelo Ipea. Houve um despertar da consciência do Potencial do Pólo Moveleiro a partir da terceira edição da Femur em 2000. Foi um marco na Qualidade dos móveis fabricados e início de uma nova era com a ampliação do Pavilhão de Exposições pelos empresários e Poder Público. Inicia-se também neste ano o Projeto de Exportação do Sebrae-MG (Setex), e hoje como fruto temos a Movexport (Consórcio de Exportação) que exporta nossos móveis para México, Angola, Arábia Saudita, Uruguai e Chile.

Sensibilização e capacitação

Percebemos que o momento estava favorável para articular e trabalhar o Arranjo Produtivo de forma integrada com os demais parceiros. Possuíamos todos os parceiros que compõem o ambiente para fortalecer o Pólo, faltando interligá-los. Por intermédio da Adubar, do Intersind, o Sebrae-MG, por meio do então Posto Avançado na Microrregião de Ubá, conseguiu apoio do Sebrae nacional e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) para trabalhar o Projeto Arranjo produtivo Moveleiro com recursos advindos da Rede de Agências da Zona da Mata.

Naquele panorama, não tínhamos respostas para as perguntas-chave:

- Qual o volume total de compras adquirido pelo Pólo Moveleiro de Ubá?
- Qual a participação dos fornecedores locais e regionais?
- Quais são os gargalos?
 - Tecnológicos?
 - Comercialização?

- Financiamento?
- Falta de Capacitação da força de trabalho?

Em resposta a algumas dessas questões, o Sebrae já trouxe muitas contribuições vantajosas ao Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá:

- Capacitação dos atores – Projeto Ideal
- Apoio nas feiras – Femur e Femap
- Consórcio de Exportação
- Capacitação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) moveleiras (QT; Cursos Presenciais; Empretec)
- Capacitação de MPEs da cadeia de fornecimento
- Incentivo Tecnológico – Sebraetec (PCP/*Layout*/Questões ambientais – resíduos)
- Curso Ópera (Rede de Agências)
- Missão Técnica à Itália (Intersind/Adubar/Sebrae)
- Oficina de *Design* (em parceria com Mdic e Senai)
- Núcleo de *Design*

Porém, estas ações, apesar de estarem focadas no Pólo Moveleiro, ocorreram de acordo com as demandas e necessidades do momento, de forma isolada. Tivemos como premissa importante a compreensão da necessidade da existência de um projeto como Referencial Técnico para atuação no Pólo. Neste projeto, a metodologia utilizada é a de Gestão para Adensamento da Cadeia Produtiva. Com o apoio de representantes do Sebrae nacional, buscou-se uma interação com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), pela articulação do Fórum de Competitividade da Cadeia Moveleira. Por intermédio da Gerência de Desenvolvimento Local do Sebrae-MG, foi efetuada a contratação de um consultor técnico para a implementação do Projeto em Ubá.

O foco era trabalhar as três dimensões da competitividade: empresarial, estrutural e sistêmica. Para ter uma visão sistêmica do processo, é necessária a compreensão do Projeto como o desencadear de uma trajetória, como ponto de partida, não como um circuito completo ou uma reta de chegada. Afinal, com os recursos disponíveis para o início do projeto, R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), não poderiam ser atingidas todas as empresas.

Com o projeto assinado com o Intersind em setembro/2002, começou-se a sensibilizar os demais parceiros e empresários para a implantação do projeto.



Apresentação inicial aos empresários.

Diagnóstico

Planejamento Executivo, constando das seguintes fases do Projeto:

Fase Preliminar: Articulação e Mobilização das Lideranças;

Fase 1: Projeto Estruturante do Pólo Moveleiro; e

Fase 2: Projeto-piloto para 30 MPÉs moveleiras.

Foi criada a Logomarca do Fórum. Verificamos que o Projeto poderia desenvolver novos fornecedores locais para demandas sinalizadas por compradores locais, com a integração de Pequenas Empresas visando: compras em conjunto, *design*, marca regional.

A assinatura do Convênio para criação do Fórum de Competitividade do Pólo Moveleiro foi efetivada pelas seguintes instituições:

- Mdic
- Sebrae
- Intersind
- Adubar
- Bancos (BDMG – Caixa Federal – Banco do Brasil)
- Fiemg – IEL – Senai
- Associação Comercial
- Universidades (UFJF/UFV/Coppe-UFRJ/Unipac)
- Grandes empresas compradoras (Itatiaia)
- Grandes empresas fornecedoras (Sayerlac)
- Indi
- Agência Kyko Garcia

- MPEs Moveleiras
- Movexport
- Movimento Empresarial
- Procon

Na Fase 1, em Projeto Estruturante da Cadeia Produtiva, têm-se várias etapas:

Etapa 1: Instalação e operacionalização do Fórum de Desenvolvimento do Pólo Moveleiro de Ubá;

Etapa 2: Consolidação dos diagnósticos existentes sobre a cadeia e seus elos no contexto do Pólo Moveleiro de Ubá;

Etapa 3: Identificação dos indicadores da satisfação de elos impulsionadores do Pólo;

Etapa 4: Organização estratégica da demanda da cadeia produtiva;

Etapa 5: Elaboração dos projetos específicos potenciais;

Etapa 6: Medição da produtividade sistêmica.

Campanha de Sensibilização

Foi criada uma marca oficial do Censo Moveleiro. A palavra Censo define com mais facilidade para as pessoas o objetivo do projeto. Tecnicamente, dentro do Censo está inserido o Diagnóstico. A palavra Diagnóstico assusta um pouco os empresários; por isso, para a condução da campanha, adotou-se um apelo mais leve, que é o Censo.

As empresas que responderam ao Censo receberam o adesivo. A colocação de *outdoors* foi uma das estratégias adotadas para sensibilizar o empresário moveleiro da importância de participar e responder o Diagnóstico.

Na primeira semana, todos os jornais locais publicaram entrevistas sobre o Censo, ressaltando a importância do envolvimento de toda a comunidade no projeto. Além disso, os supervisores divulgaram o Projeto em três rádios regionais e um canal de TV local.

Instrutores da Fiemg realizaram o treinamento dos entrevistadores do Censo. Todos são alunos da Unidade Senai de Ubá ligados à área moveleira. Também foram treinados consultores para aplicação do diagnóstico em 150 empresas por meio de questionário do Sebraetec.

Plano de Desenvolvimento

A fase 2 – projeto-piloto 30 MPEs – moveleiras e fornecedoras compreende:

- Articulação e Desenvolvimento do Projeto – Sensibilização e formalização de convênio com as MPEs
- Implementação Metodológica, composta de dez etapas, descritas a seguir:
 - Etapa 1 – Indicadores da satisfação de clientes – Medição antes
 - Etapa 2 – Diagnóstico – Indicadores da gestão MPEs – medição antes
 - Etapa 3 – Planejamento Estratégico – Plano de Ação de capacitação
 - Etapa 4 – Indicadores da Produtividade das MPEs – Medição antes
 - Etapa 5 – Implementação do Plano de Ação
 - Etapa 6 – Workshops de acompanhamentos (3x)
 - Etapa 7 – Indicadores de satisfação de clientes – Medição depois
 - Etapa 8 – Indicadores da produtividade da MPEs – Medição depois
 - Etapa 9 – Diagnóstico – Indicadores da Gestão MPEs – Medição depois
 - Etapa 10 – Encerramento – Apresentação dos resultados

Pacto Territorial

O Pólo abrange nove municípios da microrregião de Ubá: Rodeiro, Guidoal, São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Guiricema, Rio Pomba, Tocantins e Tabuleiro. Esta Região é responsável pela arrecadação de 42% de ICMS. O censo constatou 310 MPEs que geram 7.048 empregos diretos.

Foi realizado um Pacto informal por intermédio do Intersind e as Prefeituras dos nove municípios colocando nos trevos destas cidades uma placa identificando-as como cidades pertencentes ao Pólo Moveleiro de Ubá.

Implementação

Houve o desenvolvimento de um Manual de Procedimentos Operacionais do Pólo no qual contam os Modelos de fichas de avaliação, atas, lista de presenças, correspondências, sistematização de reuniões e definição do Plano de Mídia.

Dentro da Fase 1 (Estruturante), foi realizado o Planejamento Estratégico nos dias 26 e 27 de maio de 2003. O objetivo deste Planejamento foi consolidar a missão, visão, e negócio do Pólo, levantar as Ameaças e Oportunidades e elaborar o Plano de Ação, conjuntamente com as instituições que compõem o Fórum e, a partir daí, criar as comissões temáticas e definir as responsabilidades.

Na Fase 2, que envolve o Projeto piloto para 30 MPes moveleiras e fornecedores, após a aplicação do diagnóstico empresarial, foi elaborado o Planejamento Estratégico de Ação e está sendo dado prosseguimento ao cronograma de treinamentos que envolve, além de treinamentos, toda semana em sala de aula, consultorias *in locu* para auxiliá-los na implantação. Serão realizados os seguintes módulos: Integração; Liderança; Custo e Formação do Preço de Venda; 5 S; Focalização no cliente; Marketing; Planejamento Estratégico; Finanças; Pessoas; Processos; Operações e Informatização.

Acompanhamento e Avaliação

Indicadores:

- ♦ Identificação dos indicadores da satisfação de elos impulsionadores do Pólo
- ♦ Produtividade sistêmica nas MPes
- ♦ Indicadores do Diagnóstico Empresarial

Avaliação:

- ♦ Acompanhamento de todos os módulos de capacitação
- ♦ Análise das respostas dos questionários de satisfação
- ♦ Reunião bimestral com todas as instituições para acompanhamento do cronograma de ações – Planejamento Estratégico

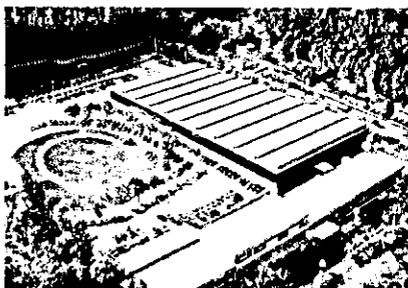
No que se refere à governança, à capacidade inovativa, à interação e cooperação, à identidade territorial e ao mercado, o projeto possui um Grupo Gestor que administra todo o processo. Compõem este Grupo Gestor o Sebrae-MG, o Intersind, o consultor-líder e representante das MPes. O Grupo Gestor se reúne regularmente e redige uma ata relatando as decisões. Cada membro tem uma responsabilidade. O Sebrae no acompanhamento técnico e o Intersind no que diz respeito ao aspecto operacional. O Consultor-líder é o mentor do projeto e avalia as etapas, fazendo um *link* entre uma e outra etapa, conduzindo o projeto. O membro representando as MPes, além de ser um empresário cuja empresa faz parte do Grupo 30, é Diretor do Sindicato Moveleiro.

O nível de desempenho que se pretende atingir nas 310 empresas é o da inovação. Atualmente, apenas 13 empresas integram o Consórcio de Exporta-

ção. Após apresentação dos resultados do Censo/Diagnóstico, o Fórum irá classificar as empresas de acordo com o nível de desempenho, ou seja, quantas empresas estão no nível básico, quantas estão no nível da qualidade e qual a necessidade deste grupo. Assim por diante na classificação das que estão no nível da tecnologia e inovação. O que se pretende é apoiar as empresas a subirem o degrau da competitividade.

A governança do Pólo Moveleiro se dará dentro do Fórum, pois os projetos a curto, médio e longo prazo serão discutidos conjuntamente com as instituições, evitando a sobreposição dos esforços e recursos.

O Pólo Moveleiro de Ubá já vem se destacando desde 2000, com ampliação do Pavilhão de Exposições que hoje tem uma área de 12.000 m² (a maior do Estado de Minas Gerais), e com o Consórcio de Exportação.



O Pavilhão, hoje com 12.000 m², é a maior área contínua para exposições no Estado de Minas Gerais.

Agroindústria Artesanal – Comercialização dentro de uma Gestão Compartilhada

Doralice Figueiredo de Moura

Introdução

O Município de Juiz de Fora/MG conta com inúmeros produtores rurais que efetuam artesanalmente o processamento de alguns produtos, desde a destilação da cana para produção de cachaça até a fabricação de biscoitos, doces, pães, molhos, extração de mel e outros produtos. Um processo adequado de comercialização desses produtos sempre representou uma grande barreira para a sedimentação da produção artesanal como fonte de renda e geração de emprego para essa população. Aliada à problemática da escala reduzida na produção, a falta de uma estrutura de comercialização que atendesse ao conjunto dos produtores rurais sempre representou sérios entraves ao desenvolvimento da atividade e à sua viabilidade econômica.

Entidades Participantes: Critt/UFJF; Emater-MG; Gerência de Agropecuária e Abastecimento/Prefeitura de Juiz de Fora e Produtores da Agroindústria – Empório Rural do Terminal Rodoviário.

Fases de desenvolvimento do projeto

Como forma alternativa de renda para os produtores da Agroindústria Artesanal, surgem a idéia e a necessidade de buscar parceria para melhorar a qualidade dos produtos, processados pelos produtores da agricultura familiar, e a comercialização dentro de uma gestão compartilhada.

Com isso surge em fevereiro de 1998 o Primeiro Empório Rural do Terminal Rodoviário, com espaço cedido pela Prefeitura de Juiz de Fora, por intermédio da Gerência de Agropecuária e Abastecimento. Nesse espaço os produtores da Agroindústria Artesanal de Juiz de Fora comercializam seus produtos sem nenhum aditivo químico. Ali os consumidores encontram diversos produtos (doces, compotas, geléia, picles, conservas, cachaça, café moído, xaropes, melado de cana, bolos, farinhas, fubá, mel, biscoitos e quitandas em geral), direto do produtor para o consumidor.

Em fevereiro de 2000 foi inaugurado o segundo Empório Rural, localizado no Mercado Municipal do Espaço Mascarenhas, por demanda dos consumidores que desejavam outro Empório com os mesmos produtos, localizado em algum ponto mais próximo ao centro da cidade.

Hoje, os dois Empórios contam com 27 produtores da Agroindústria Artesanal comercializando diretamente do produtor para o consumidor.

Para a manutenção dos Empórios, os produtores, ao vender seu produtos, destinam o percentual de 5% (Mascarenhas) e 2% (Rodoviária) às despesas advindas do uso destes espaços.

Resultados Alcançados e perspectivas futuras

No ano 2002, o faturamento anual para a loja do Empório Rural instalada no Terminal Rodoviário foi de R\$ 147.213,46 (cento e quarenta e sete mil, duzentos e treze reais e quarenta e seis centavos), correspondendo a um faturamento mensal de R\$ 12.267,79 (doze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos). Já para o Empório Rural instalado no Espaço Mascarenhas, o faturamento anual para o mesmo ano foi de R\$ 57.714,43 (cinquenta e sete mil, setecentos e quatorze reais e quarenta e três centavos), correspondente a um faturamento mensal de R\$ 4.809,54 (quatro mil, oitocentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Isso garantiu aos 27 produtores integrantes da associação um faturamento médio mensal de R\$ 632,49 (seiscientos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Espera-se que o grupo cresça mais, que haja participação de novos pequenos produtores para ofertar mais produtos, tanto em quantidade como em qualidade,

procurando novos mercados para a ampliação da produção e criando oportunidades de renda e emprego para as famílias do meio rural. Num futuro próximo todos os produtores terão um novo rótulo com composição nutricional e código de barras. Com isso atenderemos as exigências da legislação.



Doces caseiros: produtos de grande aceitação pelos consumidores.



Produtos que refletem a qualidade e a diversidade da produção artesanal.



O artesanato com tecidos e outros artefatos também compõem o rol de produtos à venda.



A agroindústria artesanal é a fonte da diversidade apresentada no empório.

Dona Euzébia: “Berço do verde, fonte de vida”

Marina Antunes Ribeiro

Marco Aurélio S. Pires

Marco Antônio P. Lopes

Marco Antônio Matins

Introdução

A história dessa gente é como a de muitos outros produtores rurais brasileiros, que antes de encontrarem uma atividade que os permitissem viver dignamente da agricultura, podendo se dar por abençoados quando conseguem encontrar, passaram por muitas dificuldades e por vários ramos na atividade rural.

Assim, os produtores rurais de Dona Euzébia, antes de se dedicarem obstinadamente ao ramo de produção de mudas cítricas, frutíferas, ornamentais e florestais, de tal forma que conseguiram se colocar em primeiro lugar no Estado de Minas Gerais e em segundo no País, passaram por vários ramos de produção na agricultura.

No princípio, a atividade agrícola principal era a cafeicultura, que em certa época foi desestimulada pelos governantes do País, assim como aconteceu com toda a Região da Zona da Mata. Posteriormente veio a cultura do fumo, que se apresentava como alternativa, já que era uma lavoura que consumia muita mão-de-obra, que até então era farta no meio rural. Porém, esta cultura também teve seu declínio com a entrada no comércio de produtos industrializados por grandes multinacionais e, ademais, como diziam os produtores, a cultura do fumo era a única que era “fiado” duas vezes, já que os grandes atacadistas comerciantes tinham costume de pedir até seis meses de prazo no pagamento aos agricultores. Depois veio a cultura da cana-de-açúcar. Neste mesmo período, começaram a surgir em Dona Euzébia alguns produtores fazendo mudas de maneira ainda muito incipiente, mas foram estes os pioneiros no ramo e permitiram que a

atividade tão singular naquela época se desenvolvesse e apresentasse um crescimento exponencial quando a cultura da cana-de-açúcar apresentou sua falência.

De lá para cá já se passaram mais de 30 anos e, neste intervalo de tempo, muita coisa aconteceu, principalmente na técnica de produção e na amplitude de espécies que os produtores de Dona Euzébia passaram a produzir. Hoje podemos considerar que são produzidas mais de 200 variedades de plantas.

O fato mais impressionante e que demonstra a fibra desta gente é que o sucesso foi conseguido praticamente sem a ajuda financeira das entidades de crédito rural, e o único agente que investiu algum recurso foi o Banco do Brasil para uma pequena parcela de produtores.

Fases de desenvolvimento do projeto

- 1977 – Celebração de convênio entre Emater-MG e Prefeitura Municipal.
- 1980 – Celebração de convênio entre IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e Prefeitura de Dona Euzébia.
- 1984 – Fundação da Associação de Produtores e Comerciantes de Mudas de Dona Euzébia.
- 1989 – Celebração de convênio entre Emater-MG e Prefeitura Municipal para abertura de Escritório Local com alocação de Engenheiro Agrônomo à disposição em tempo integral.
- 1999 – Portaria 357/99 de dezembro de 1999. Disciplinou o trânsito e comércio de mudas no Estado de Minas Gerais, permitindo a venda por meio do caminhoneiro diretamente ao consumidor ou no varejo, que foi condicionante para a continuidade dos agricultores no ramo de mudas.
- 1999 – Retificação do Convênio entre IMA e a Prefeitura Municipal de Dona Euzébia, colocando um Engenheiro Agrônomo e um Técnico Nível Médio em horário integral.
- 2000 – Constituição das Cooperativa de Produtores e Comerciantes de Mudas de Dona Euzébia Ltda., com a finalidade de apoiar os produtores e comerciantes de mudas do município para melhorar as condições de vida dos seus cooperados, inclusive com assistência financeira.
- 2003 – Proposta financeira da cooperativa de Produtores e Comerciantes de Mudas de Dona Euzébia para construção de uma Borbulheira telada com a finalidade de suprir os produtores de mudas de material vegetativo para uso em enxertia, de qualidade superior.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Dona Euzébia tem 307 produtores rurais com 227 propriedades registradas. O ramo de produção de mudas é o motor que impulsiona a economia do município, gerando empregos diretos e indiretos. Calcula-se que aproximadamente 250 famílias estejam ligadas diretamente à produção e outras 300 no ramo de comercialização, que têm nos caminhões de Dona Euzébia o seu meio de transporte e distribuição, levando plantas para todo o Estado de Minas Gerais, para todo o País e para o exterior.

A importância da produção de mudas fica mais pujante quando se vê que, além da atividade rural em si, ela movimentada outros setores da economia, como é o caso do transporte e comércio realizados pelos caminhoneiros da cidade.

A produção de mudas é uma atividade que absorve muita mão-de-obra, e graças a um trabalho da administração atual, visando à capacitação e à qualidade dessa mão-de-obra com cursos e treinamento, esta demanda tem sido suprida de forma adequada. No momento da venda, principalmente das plantas ornamentais, o toque e a presença da mulher costuma determinar o sucesso do negócio.

A produção de mudas deve alcançar, neste ano de 2003, a quantia de 5.000.000 de unidades, sendo a metade delas correspondente a mudas de plantas cítricas. Para isso os produtores de Dona Euzébia são assistidos pela Emater-MG e inspecionados pelo IMA. Mediante a celebração de um convênio com a UFV, buscando a implantação de uma borbulheira de citros, para que fossem doadas aos viveiristas, borbulhas com genética e sanidade comprovadas.

A Prefeitura do município também dá a sustentação necessária, pois é por meio dos convênios que ela assina com os órgãos públicos, estaduais e federais, que os produtores têm acesso às novas tecnologias que são disponibilizadas pelas entidades de pesquisa. Buscando também um desenvolvimento social, tornou viável um projeto pioneiro no Estado (Banco da Terra) voltado para a produção de mudas. São 96 famílias que antes trabalhavam como meeiros ou diaristas, e que hoje são detentores de seu próprio quinhão de terra.

Existem no município três associações de produtores rurais (Banco da Terra) e uma cooperativa (CPCMDE). Esta cooperativa, no passado, por meio de articulações administrativas e técnicas junto ao Secretário de Agricultura do Estado e

Diretoria do IMA, conseguiu a implantação da venda controlada de mudas no Estado, o que é uma conquista inédita.

A princípio, o tempo médio de produção de uma muda era 36 meses e hoje evoluiu para 18. Agregando sanidade à muda, o IMA garante isenção da existência de CVC, pinta preta e câncer cítrico. Buscando uma diversificação das variedades a serem utilizadas como porta-enxerto para a produção de Mudas Cítricas, a UFV, IMA, Emater, Prefeitura e entidades representativas dos produtores estão implantando no momento um banco de sementes, que propiciará, num futuro próximo, a oferta de mudas com opções variadas de porta-enxerto. Foram doadas, pela UFV, 2.000 borbulhas e 54.400 sementes. Isso nos proporcionará cada vez mais mantermo-nos na vanguarda, com ofertas de mudas de qualidade, ampliando também a diversificação de outras variedades.



A produção de mudas frutíferas tem um papel de destaque para o município.



Produção de mudas ornamentais em vasos.



Mudas ornamentais de diversas espécies rompem com a preponderância de pastagens na paisagem da região.

Programa Fomento de Milho Pif Paf

Luiz Fábio Antonucci

Introdução

Com mais de trinta anos de tradição no mercado de alimentos derivados de carnes, a Pif Paf Alimentos é a maior empresa frigorífica mineira e uma das dez maiores do Brasil nos segmentos de avicultura e suinocultura, atuando desde a criação de matrizes até o processamento, industrialização e a comercialização direta de seus produtos que garantem a satisfação de uma vasta carteira de clientes.

Sediado em Belo Horizonte, o Grupo Pif Paf Alimentos possui onze unidades: oito de produção, incluindo as fábricas de processamento de carnes em Visconde do Rio Branco, Viçosa e Patrocínio, matrizeiros, incubatórios e fábrica de rações para apoio à criação de aves e suínos, além de quatro unidades comerciais. Esta infra-estrutura viabiliza uma capacidade de abate e industrialização para a produção de mais de 14.000 t/mês, compondo um mix de produtos constituído por mais de 130 itens.

Os produtos Pif Paf estão disponíveis em mais de 50 mil pontos-de-venda dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Tocantins e Sergipe. Pioneira na exportação para o Oriente Médio, em 1975, exporta atualmente para Hong Kong, Japão, China, Rússia, Malásia, Caribe, Argentina e Haiti.

Aliando tecnologia e qualidade, a empresa investe na atualização de seu parque produtivo com ênfase em tecnologia da informação, telecomunicações e meio

ambiente. Somam-se investimentos na ampliação da sua capacidade de produção, visando, sempre, ao lançamento de produtos que atendam à demanda de seus clientes e consumidores e à conquista de novos mercados. Em 1999 obteve a Certificação ISO 9002 pelo BVQI (Bureau Veritas Quality International). Tudo isso garantiu à Pif Paf Alimentos a premiação Top of Mind por dois anos consecutivos, em 2001 e 2002. Em 2001 a empresa mereceu o destaque como a melhor agroindústria do setor no País. Em 2003 recebeu da Associação Mineira de Supermercados troféu destaque como empresa fornecedora na categoria Perecíveis.

Hoje a Pif Paf Alimentos é motivo de orgulho de seus colaboradores. Esse reconhecimento representa uma justa recompensa pela gestão empresarial que prioriza a qualidade de seus produtos, a satisfação de seus clientes e consumidores. Considerados o maior patrimônio da empresa, seus 3.800 funcionários se beneficiam de investimentos crescentes na qualificação profissional e dos benefícios resultantes de uma administração pautada pelos princípios da responsabilidade social, que fazem da Pif Paf Alimentos um belo exemplo de empresa cidadã.

Local de realização: Microrregião da Zona da Mata – Viçosa; Microrregião do Sul de Minas (Boa Esperança e Oeste de Minas) Microrregião de Uberlândia; Microrregião de Patos de Minas e Microrregião de Unai.

Fases de desenvolvimento do projeto

A atuação da empresa é fundamentada na prestação de serviços e disponibilização de produtos Pif Paf para o integrado:

- Projeto de galpões avícolas
- Assistência e Orientação Técnica
- Pintinhos
- Rações
- Medicamentos (vacinas e outros, se for necessário)
- Desinfecção do galpão – Transporte

Dentro desta filosofia de ação conjunta, o incentivo à produção de milho junto aos integrados e outros produtores pretende contribuir para o desenvolvimento da atividade e o suprimento do mercado regional.

Inicialmente, o objetivo é demonstrar que a Zona da Mata mineira pode produzir milho como negócio lucrativo, uma vez que somente a Pif Paf consome mais de 10.000 sacas de milho por dia.

Paralelamente, é uma proposta de trabalhar com tecnologia, aumentando a produtividade e conseqüentemente aumentando a rentabilidade do produtor de milho na região e, com isso, fazer com que parte deste milho consumido pela Pif Paf seja produzido aqui, além da questão social das famílias dos produtores envolvidos.

Ações para o produtor rural dentro do Programa de Fomento de Milho:

- ♦ Financiamento no Banco do Brasil, com juros 8,75 a.a.
- ♦ Assistência Técnica feita pela Pif Paf
- ♦ Preço mínimo garantido
- ♦ Escoamento garantido na época da colheita
- ♦ Garantia de compra da safra de milho
- ♦ Recebimento garantido e a vista
- ♦ Lançamento do milho diferenciado (alto teor de óleo) – com trabalho diferenciado

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Impacto do “Programa de Fomento de Milho” na região:

Mais emprego, mais circulação de dinheiro, mais empresas de insumos atuando com maior intensidade na região, prestadores de serviços com máquinas e equipamentos trabalhando a todo vapor, mais benefícios para os municípios envolvidos (Fundo de Participação), todo o milho vem com nota fiscal, além da questão social, em que o trabalhador rural permanece em seu hábitat de origem.

Grupo de produtores já fala em compra conjunta de insumos, aumentando o poder de negociação. Também é grande a movimentação nos municípios onde o artesanato com palha de milho é forte e a confecção da palha para cigarro é um negócio lucrativo. Já é certa a compra de colheitadeiras específicas do milho em palha, para o total aproveitamento deste subproduto. É grande a expectativa, por

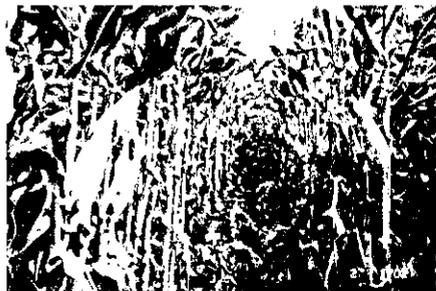
parte dos produtores, do "Programa Fomento de Milho" para a safra 2003/2004, que prevê o plantio de 6.000 ha de milho na região.

Panorama da região, antes e depois do programa Fomento de Milho:

Dados do IBGE confirmam uma safra recorde de grãos em nosso País, sendo a soja e o milho os grandes destaques desta safra 02/03. Só com o milho foram 42.000.000 de toneladas. O milho híbrido é difundido com muita tecnologia em todo o Brasil, e a resposta é o aumento de produtividade e produção. Só para posicionar-mos no cenário nacional de milho, a primeira unidade de produção de milho híbrido do Brasil foi instalada na nossa região, mais precisamente na cidade de Ubá, com a fundação da Sementes Agroceres, em 1945, dada a importância da região em se tratando da cultura do milho.

A nossa região foi muito afetada pelo êxodo rural, a cultura se tecnificou com máquinas, equipamentos, sementes, defensivos agrícolas e nós não acompanhamos esta evolução, culpando em grande parte a topografia acidentada de nossas áreas, mas o produtor teve sua grande parcela de responsabilidade dentro desse processo. Antes o grande gargalo do nosso produtor de milho era, sem dúvida: vender para quem este milho que podemos produzir? Hoje, diante de todas as tecnologias disponíveis, essa dúvida se dirimiu, tendo a empresa Pif Paf para comprar o milho dentro do "Programa de Fomento de Milho", a um preço mínimo garantido (Pif Paf) e pagando preço de mercado.

Com esta segurança de compra, o produtor está mais confiante e volta a plantar milho na região, pois as áreas são boas e temos que aproveitar o potencial de consumo existente na região originária da grande "Integração de Aves da Pif Paf", resgatando a cultura do milho como uma das principais atividades rurais, hoje quase limitada à cultura de subsistência.



Lavoura de milho conduzida sob o programa de fomento à produção de milho.



Unidade fabril:
Visconde do Rio Branco/MG.



Lagoa de tratamento de efluentes.

Projeto Paraibuna Nossa Gente e os 30 anos do Amalé

Marne S. de Paula Moreira

Frederico do Valle

Rogério Lima

Radoyka Ferreira

Introdução

Parido na Serra da Mantiqueira, o Paray-una (termo indígena que significa rio de águas escuras), serpenteia o Caminho Novo aberto pelo sertanista Garcia Rodrigues Paes a mando do rei de Portugal. A rota servia de passagem para os tropeiros e animais de carga que transportavam para o Rio de Janeiro os metais preciosos extraídos em Minas Gerais no início do século 18.

Nascia o povoado de Santo Antônio do Paraibuna às margens do rio que, mais tarde, sob o influxo industrial, ascendeu à condição de cidade de Juiz de Fora, tornando-se conhecida como a Manchester Mineira (em alusão à Manchester, cidade industrial da Inglaterra). Desde essa época, o rio gerava em seu leito a energia da primeira usina hidrelétrica da América do Sul.



Rio Paraibuna:
berço da história regional.

O Grupo Amalé (Grupo de Divulgação das Manifestações Folclóricas) busca respostas para as indagações sobre nossa identidade cultural por meio das

pesquisas e do contato com as pessoas, pois acredita que a História é tecida, fundamentalmente, na lida diária, contando com os esforços de todos os cidadãos.

Integrar as pessoas pela cultura significou criar novas dimensões, nas quais a Cultura Popular se relaciona com o meio ambiente, identificando outra leitura a respeito de uma educação ambiental comprometida com o respeito ao homem e sua cultura, à água, aos bichos e à terra. O Amalé entende a cultura como uma realidade dinâmica e considera a terra como agente inseparável do homem, ajudando-o a exprimir a sua identidade. Assim como outros rios, o São Francisco e o Jequitinhonha demarcam regiões culturalmente únicas e suas águas refletem o *modus vivendi* dos barranqueiros, assim como o artesanato, os cantos e as danças das regiões que elas percorrem. O rio Paraibuna também concebe a história de sua região a partir de sua nascente.

Valorizar a Cultura Popular do Vale do Paraibuna, identificando relações com as questões ambientais, bem como promover o intercâmbio cultural das diversas regiões de Minas (identificadas pelos vales de seus rios) e do Brasil continuam ser os objetivos principais do Projeto Paraibuna Nossa Gente.

Fases de desenvolvimento do projeto

O Projeto Paraibuna Nossa Gente foi idealizado por Frederico do Valle e Rogério Lima – ambos integrantes do Grupo Amalé – em 1991. Nesses treze anos de atividade do Projeto, o desenvolvimento das ações foi demarcado por dois períodos, relatados a seguir.

Período 1992/1998

Para dar suporte a seus objetivos e envolver a comunidade local, foi desenvolvido um calendário de eventos anual em Juiz de Fora, com entrada franca, nos quais a comunidade se fez, ao mesmo tempo, agente e espectadora das tramas sociais. Abaixo, a relação e os anos em que cada evento foi realizado:

- Festa de Reis de Juiz de Fora (janeiro) – 1992, 93, 94, 95 e 98.
- Festival de Dança (maio) – 1992 e 93.
- Encontro de Quadrilhas de Juiz de Fora (junho/julho) – 1992, 93, 94 e 96.
- Guariba da Cultura Popular (Festival de Costumes, Dança e Canção Regional) (agosto – Mês Internacional do Folclore) – 1993, 94, 95 e 96.

- Noite da Arte Negra (Canto da Raça) (novembro) – 1992, 93 e 95.

Parceiros: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage e Universidade Federal de Juiz de Fora. Em 1995, o Grupo Amalé firmou convênio de cooperação mútua com a Universidade Federal de Juiz de Fora, consolidando a relação entre as duas instituições.



Participação de grupos folclóricos e artistas de vários municípios.

A partir de 1998

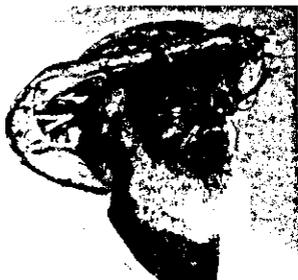
A partir de 1998, o Grupo Amalé passou a incorporar a música e as inúmeras manifestações culturais com ela envolvidas como o principal elo de interação de seu trabalho com a comunidade. Desta forma, a realização de espetáculos temáticos possibilitou o aprofundamento das questões levantadas no Projeto, bem como a gravação de CDs musicais materializou a pesquisa e o trabalho do Grupo Amalé. O Grupo passou a desenvolver as ações deste Projeto por meio de leis de incentivo à cultura.

- Espetáculo "Paray-una" (1999 e 2001) em comemoração dos 25 anos do Amalé (completados em 1998).
- Gravação do CD "Paray-una" (2000) em comemoração dos 25 anos do Amalé (completados em 1998). Aprovado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura de MG e patrocinado pela Cemig.
- Gravação do CD "Casa Santa" (2002) em comemoração dos 30 anos do Amalé (a completar em 2003). Aprovado e financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura Murilo Mendes.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

A participação da comunidade integra o objetivo principal do Projeto Paraibuna Nossa Gente desde a sua criação. A comunidade se fez presente nos eventos programados, como integrantes dos inúmeros grupos folclóricos, como agentes mobilizadores (líderes de grupos folclóricos) e como público que interagiu em todos os momentos dos eventos.

Em um segundo momento, a comunidade, por intermédio dos grupos de Folias de Reis, Congadas e artistas populares, se fez presente em participações especiais nos CDs "Paray-una" e "Casa Santa".



Cantador popular: a tradição viva das ruas.

O Projeto Paraibuna Nossa Gente contou com a participação de grupos folclóricos e artistas dos seguintes municípios: Almenara/MG (Vale do Jequitinhonha), Belmiro Braga/MG (Zona da Mata), Cataguases/MG (Zona da Mata), Jequitinhonha/MG (Vale do Jequitinhonha), Juiz de Fora/MG (Zona da Mata), Lima Duarte/MG (Zona da Mata), Matias Barbosa/MG (Zona da Mata), Montes Claros/MG (Norte de Minas), Paula Cândido/MG (Zona da Mata), Rio Espera/MG (Centro), Rubim/MG (Vale do Jequitinhonha), São João del-Rei/MG (Vertentes), Região de João Pessoa/PB, Região de Teófilo Otoni/MG (Vale do Mucuri), Rio de Janeiro/RJ, Visconde do Rio Branco/MG (Zona da Mata).

O Projeto Paraibuna Nossa Gente realizou pesquisa direta e indireta sobre a Cultura Popular das seguintes regiões de Minas Gerais: Vale do São Francisco, Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Vale do Rio Doce, Vale do Rio Pomba, Vale do Rio Piranga, Vale do Rio Grande, Vale do Chopotó, Vale do Paraibuna, Vale do Rio do Peixe e Vale do Rio Preto.

Atualmente, o Grupo Amalé está mobilizando suas ações para o lançamento do CD "Casa Santa" comemorativo de seus trinta anos (1973/2003).

Instituto Terra: ajudando a manter vivo o Planeta

Sebastião Ribeiro Salgado Júnior

Leila Wanick Salgado

Máximo Manoel dos Santos

Introdução/Histórico

A história brasileira está intimamente ligada à Mata Atlântica, um dos maiores repositórios de biodiversidade e considerada um dos mais importantes e ameaçados biomas do mundo. Entretanto, a devastação deste bioma é um reflexo da sua ocupação desordenada e da exploração predatória dos seus recursos naturais. Os impactos de diferentes ciclos de exploração e a concentração das maiores cidades e núcleos industriais fizeram com que a área de vegetação natural fosse diminuída drasticamente. A Mata Atlântica está hoje reduzida a menos de 8% de sua extensão original.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce, onde o Instituto Terra está inserido, a par de sua importância econômica, enfrenta um problema comum a outros rios brasileiros: é um canal receptor e transportador de rejeitos, efluentes industriais e dejetos de praticamente todos os municípios cortados pelo seu leito e por seus afluentes. Além disto, a pouca disponibilidade hídrica no Médio Rio Doce, agravada com estiagens mais prolongadas, causa escassez de água para consumo humano, irrigação e dessedentação de animais, com grandes danos para a economia regional.

Nunca houve uma preocupação quanto a forma de ocupação de terras ou utilização de rios e córregos. O assoreamento é crescente. A Bacia Hidrográfica do Rio Doce apresenta alguns locais em acelerado processo de desertificação.

O Instituto Terra

O grande programa do Instituto Terra, denominado “Projeto de Educação e Recuperação Ambiental da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce”, vem sendo estabelecido na Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Fazenda Bulcão e região do médio e baixo Rio Doce, nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A RPPN Fazenda Bulcão possui 676 hectares, localiza-se no Município de Aimorés e insere-se no domínio de Mata Atlântica, tendo sido reconhecida como uma RPPN pela Portaria IEF Nº 081 (Instituto Estadual de Florestas/MG), promulgada em 7 de outubro de 1998. A propriedade foi doada em comodato, sendo administrada pelo Instituto Terra. Trata-se da primeira RPPN criada em uma área degradada de Mata Atlântica, com o compromisso de promover um processo de recuperação ambiental associado a atividades educacionais, tendo como meta criar um modelo de manejo para recuperação ambiental a ser reaplicado em propriedades no Vale do Rio Doce e outras regiões da Mata Atlântica.

O Instituto Terra é uma associação civil, sem fins lucrativos fundado em 1998 por Sebastião Ribeiro Salgado Júnior e Lélia Deluiz Wanick Salgado.

Tem como principais objetivos promover, executar e apoiar programas e ações concretas de conservação, recuperação, gestão e educação ambiental na Mata Atlântica da Bacia do Vale do Rio Doce, por meio de quatro componentes: recuperação ambiental, pesquisa, educação e manejo de sub-bacias.

No cumprimento da meta de recuperação ambiental pretende-se reconstituir o ecossistema florestal da RPPN Fazenda Bulcão e região, por meio de diferentes formas de intervenção, recuperando os processos ecológicos e contribuindo para a manutenção da biodiversidade local.

Fases de desenvolvimento do projeto

Ano de 1998 – Criação do Instituto Terra e reconhecimento da Fazenda Bulcão como uma Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Ano de 1999 – Foram feitos os primeiros plantios de essências nativas da Mata Atlântica, numa área de 33 hectares.

Ano de 2000 – Definição do projeto arquitetônico e lançamento da pedra fundamental das construções do Instituto Terra; Manejo e plantio de 60 hectares de árvores nativas da Mata Atlântica.



Início das obras da sede do instituto, com a área de manejo e plantio de mudas de leguminosas (à direita, no morro), setembro de 2001.

Ano de 2001 – Conclusão de 90% das edificações do Instituto Terra, inclusive do Centro de Educação e de Recuperação Ambiental (Cera); Seminário para definição do Projeto Educacional do Cera; Manejo e plantio de mais 60 hectares de espécies da Mata Atlântica; Construção de viveiro para 100 mil mudas de essências nativas, em parceria com a Fundação SOS Mata Atlântica e Conservation International do Brasil; Primeira fase do monitoramento ambiental – um diagnóstico da RPPN Fazenda Bulcão, nos aspectos de flora e fauna; Convênio do Instituto Terra com a Prefeitura Municipal de Aimorés e o International Finance Corporation, para implementar o Projeto Aimorés, que visa em suma ao desenvolvimento sustentável do Município, por meio do trabalho em sub-bacias hidrográficas.



Crianças e jovens participando do plantio de mudas nativas em área degradada de morro.



Área após plantio de mudas nativas.

Ano de 2002 – Convênio com a Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo – parceria em cursos e troca de experiências, como apoio à pesquisa, implanta-

ção do viveiro e da biblioteca; Implantação do viveiro para 600 mil mudas de essências florestais nativas; Construção de poço artesiano e casa de máquinas do Instituto; Plantio de 110 mil mudas de essências nativas.

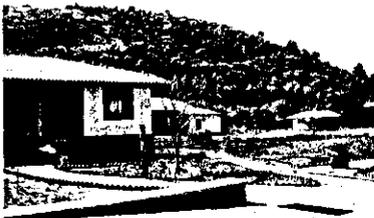
Resultados alcançados e perspectivas futuras

As ações e atividades nos projetos, desenvolvidos pelo Instituto Terra, estão contribuindo para a ampliação das áreas de conservação e uso sustentável da biodiversidade da Mata Atlântica no Município de Aimorés e região do Médio Rio Doce. Essas iniciativas estão promovendo ações mitigadoras aos impactos causados pelos desmatamentos, gerando lições importantes que poderão a médio e longo prazos ser reaplicadas na região.

Além disso, o efetivo ordenamento do uso dos recursos naturais pode contribuir significativamente para agregar valores, manter a cobertura vegetal e os serviços que ela presta para a coletividade – como, por exemplo, a conservação do solo e a manutenção da diversidade genética e dos ciclos hídricos. Hoje estão plantadas 470 mil mudas de essências nativas da Mata Atlântica, representando cerca de 25,5% da área total da Fazenda Bulcão e muitas dessas mudas fornecem frutas e bagas aos animais silvestres. Na reserva são libertados muitos animais resgatados pela Polícia Ambiental.

No Cera já foram realizados até hoje 66 cursos/eventos, para 1.282 alunos de 29 diferentes municípios de Minas e Espírito Santo, cujo tema central é o desenvolvimento sustentável.

Ao longo deste tempo, o Instituto Terra vem desenvolvendo um importante trabalho de preservação de nascentes, controle de erosão nas estradas e proteção da flora e da fauna.



Vista parcial da sede do instituto, com a área de manejo e plantio de mudas de leguminosas (abril de 2002).

Programa Municipal de Lavouras Comunitárias – busca coletiva para uma questão social

Nilson Geraldo Fidelis

Introdução

A Prefeitura Municipal de Virginópolis, o Pronaf, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e a Emater MG, em parceria com as comunidades rurais, desenvolvem um conjunto de ações de enfrentamento à pobreza com o objetivo de garantir meios, e capacidade produtiva a grupos comunitários, para a melhoria de suas condições gerais de subsistência, elevação do padrão de vida, preservação do meio ambiente e sua organização social.

Tais ações compreendem investimentos econômico-sociais que subsidiam, financeira e tecnicamente diferentes iniciativas, dentre as quais se destaca o Programa Lavouras Comunitárias. O programa tem vários objetivos, e se não podemos promover a reforma agrária que tanto sonhamos, pelo menos conseguimos com eficácia a promoção de mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais em sistema de cooperação.



Lavoura Comunitária de Milho:
45 dias após o plantio.

O Programa Lavouras Comunitárias representa uma "Reforma Agrária Silenciosa", fortalece a Agricultura Familiar por meio de ações que promovem o desenvolvimento rural sustentável, priorizando os trabalhos comunitários. Estimula a solidariedade entre os homens. Trata-se de uma ação simples, de baixo custo e que contribui positivamente no combate à pobreza do homem do campo, inclusive pela redução da migração para as cidades. O sonho dos produtores começa a ser realidade. Ou a gente reparte ou a gente perde, pois é impossível ser feliz sozinho. Deve ser este o espírito do trabalho comunitário.



Unidade demonstrativa:
produção de 7.440 kg/ha

Fases de desenvolvimento do projeto

Situação passada

A situação vivenciada pelo município, a exemplo de muitos outros municípios brasileiros, compreendia o seguinte quadro:

- Mão-de-obra ociosa
- Baixo nível de organização social
- Centralização do poder
- Falta de programas de apoio à agricultura familiar
- Baixa renda dos agricultores

Situação Atual

A intervenção da assistência técnica, juntamente com o poder público local, proporcionou as condições necessárias para que se efetuasse uma modificação nesse cenário, pelos seguintes meios:

- Criação e apoio aos Conselhos Comunitários
- Criação do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável)

- Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- Enquadramento do município no Pronaf – Infra-estrutura
- Implantação, dentre outros, do Programa Municipal de Lavouras Comunitárias

O programa Municipal de Lavouras comunitárias tem como objetivo fundamental fortalecer a Agricultura Familiar, por meio de ações que venham a promover o desenvolvimento rural sustentável, priorizando os trabalhos comunitários.

As metas estabelecidas para o cumprimento deste objetivo compreendem os seguintes pontos:

- Adoção de tecnologias adequadas à realidade local, sem agredir o meio ambiente
- Inserção do agricultor no mercado de trabalho, minimizando as desigualdades sociais
- Fixação do homem no campo

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Nos levantamentos efetuados após a implantação e condução do projeto, foi verificado que os resultados expressavam o seguinte diagnóstico:

- 61% das propriedades rurais são formadas por agricultores familiares, que possuem menos de 100 ha de área
- 23 comunidades rurais
- Bom estágio de organização social
- 14 comunidades organizadas por meio de conselhos comunitários
- 11 lavouras comunitárias instaladas
- 170 famílias assistidas
- 187 hectares trabalhados, por meio de uma patrulha agrícola com quatro tratores e seus implementos
- Produção média de 4.080 kg de milho por hectare
- 12.716 sacos ou 762,93 t de milho produzido nas lavouras comunitárias
- Integração entre setor rural e urbano (Prefeitura, Sindicato, fazendeiros e agricultores familiares)



Produção de mudas de café em mutirão.



Diversificação da produção: lavoura de café e plantio de feijão.

Agroindústria coletiva artesanal de alimentos – “grupo de produção natudoce”

Ronaldo da Rocha Braga

Maria de Fátima Million Rossi

Fábio Homero Diniz

Introdução

Silveirânia, localizada na Zona da Mata mineira, possui uma área de 154 km² e cerca de 2.120 habitantes, dos quais 70% ocupam o setor agropecuário. No município existe apenas uma indústria, no setor têxtil, que conta com cerca de 15 pessoas empregadas. A maior fonte geradora de emprego direto é a prefeitura.

A principal atividade agropecuária é a bovinocultura leiteira, absorvendo aproximadamente 80% da mão-de-obra do setor. A produção de frutas tropicais é característica de pequenos pomares residenciais. Porém, existem algumas experiências de cultivo comercial. As principais culturas são goiaba, banana, figo e coco.

É típica no município a fabricação de doces na forma de compotas ou em barras com o excedente colhido na época de produção.

Com o objetivo de criar alternativas de ocupação e renda para os agricultores e agricultoras familiares do município, a Emater-MG promoveu um curso profissionalizante de Processamento Artesanal de Alimentos – Doces de Leite e Frutas em 1999, com recursos do FAT. Ao término do curso, os participantes manifestaram interesse e motivação em produzir em conjunto, formado-se, então, o “Grupo de Produção de Doces” – Natudoce.

Fases de desenvolvimento do projeto

O Grupo de Produção filiou-se à Associação de Produtores Rurais de Silveirânia, que funciona como apoio aos agricultores familiares do município, reunindo os produtores e produtoras, segundo seus interesses específicos. Porém, o regulamento de funcionamento do grupo de produção de doces é independente ao do grupo de produção de leite.

Apoiados pela Prefeitura Municipal de Silveirânia e “Prorenda Rural”-MG – Programa de Cooperação Brasil/Alemanha, foram desenvolvidas ações e treinamentos para o fortalecimento da organização e associativismo, ações estas constantes em todo o processo.

Foram promovidos também cursos de profissionalização, de Gestão Coletiva e Financeira, para que os componentes do Grupo Natudoce tenham competência na gestão do negócio, autonomia, produtos qualificados e com diferencial para inserção no mercado.

Com o início da produção coletiva, em 1999, o “Prorenda Rural”-MG financiou a compra dos equipamentos e insumos iniciais, por meio de um financiamento no valor de R\$ 6.000,00. O pagamento deste financiamento seria realizado em parcelas mensais, com a correção vinculada ao preço do saco de feijão (equivalência-produto).

A Prefeitura Municipal foi muito importante para o desenvolvimento do grupo, pelo apoio na participação em eventos diversos e na introdução do doce na merenda escolar, beneficiando, também, aos alunos das escolas municipais com uma sobremesa saudável e saborosa.

No ano 2001, foi elaborado um projeto para ser apresentado Programa de Mobilização de Comunidades (PMC), da Secretaria Estadual de Assistência Social e apoiado pelo Banco Mundial (BID), para a compra de equipamentos necessários à implementação de uma agroindústria coletiva de doces. O projeto foi orçado em aproximadamente R\$ 54.000,00, sendo aprovado integralmente.

Como contrapartida, a Prefeitura Municipal construiria a unidade de produção, dentro das exigências sanitárias e legais, visando ao registro da agroindústria e de seus produtos junto aos órgãos competentes.

O Grupo de Produção – Natudoce responde aos investimentos ao capital humano, aos recursos financiados pelo "Prorenda Rural"-MG e PMC, apoio da Prefeitura local, com sua persistência, dedicação e determinação no alcance destes resultados, buscando o Desenvolvimento Sustentável para o município.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

O financiamento do "Prorenda Rural"-MG já foi inteiramente pago, somente com a produção.

Com a inauguração da agroindústria, prevista para este ano, a meta é empregar um total de 20 pessoas na produção coletiva de doces.

As vendas terão um incremento acentuado, pois todo o produto será devidamente registrado. O diferencial que marca os produtos Natudoce é a produção coletiva, mantendo-se o padrão e o sabor dos doces.

A proposta futura é que o município seja auto-suficiente na produção das matérias-primas para a agroindústria e, ainda, produza doces com selo de certificação de produtos orgânicos.



Produção coletiva com padrão de qualidade.



A tendência é de aumento da produção, rumando para a auto-suficiência no fornecimento de matéria-prima.

Viabilidade técnica de tanques comunitários para refrigeração e armazenamento do leite de pequenos produtores rurais

Maria Aparecida V. P. Brito

Fábio Homero Diniz

Paulo C. Fonseca

José Alberto B. Portugal

Valter B. Galan

Introdução

No Brasil, a refrigeração do leite e a coleta por meio de caminhões isotérmicos (coleta a granel) veio como uma exigência da parte da indústria e do mercado consumidor, que demanda produtos de melhor qualidade. Paralelamente, novas formas para obtenção e transporte do leite cru, preparadas pelo Ministério da Agricultura (Instrução Normativa nº 51) prescrevem a refrigeração do leite e a coleta a granel para as Regiões Sul e Sudeste a partir de julho de 2005, estabelecendo, inclusive, parâmetros para a qualidade do leite em tanques de expansão comunitários.

A refrigeração e o transporte granelizado representam, a médio prazo, um forte impacto econômico sobre o pequeno produtor de leite. Uma saída para este segmento tem sido a associação em pequenos grupos e aquisição de tanques de refrigeração de uso comunitário, como forma de reduzir os custos. Associações com esta finalidade têm sido estabelecidas e estão sendo apoiadas por órgãos oficiais como Prefeituras Municipais e Emater e instituições privadas. O programa da Emater-MG para pequenos produtores no Estado de Minas Gerais (Departamento Técnico de Bovinocultura, Zona da Mata, MG) conta atualmente com 126 Associações, com aproximadamente 1.500 produtores participantes. Estima-se que em todo o Estado de Minas existam (Novembro/2000) de 6.000 a 7.000 produtores associados, e na Zona da Mata o número ultrapassa 2.300. Associações semelhantes têm sido propostas em outros Estados brasileiros e até em outros países, com o mesmo propósito.

Uma dúvida quanto ao uso de tanques comunitários é sobre a qualidade do produto final, uma vez que será reunida a matéria-prima de diversos produtores, com riscos crescentes para todos. Neste aspecto, a qualidade higiênica é fundamental, pois é determinada por fatores individuais de higiene, manejo e procedimentos de ordenha, que variam entre os diversos produtores.

Local de realização: Município de Juiz de Fora/MG

Fases de desenvolvimento do projeto/atividade

A proposta do projeto foi avaliar a qualidade higiênica do leite de tanques comunitários para refrigeração do leite. Para tanto, foi realizado um conjunto de avaliações microbiológicas e físico-químicas do leite de conjunto e coletados dados sobre os tanques, a fim de determinar os principais problemas dos produtores associados que afetam a qualidade higiênica do leite total.

Foram selecionados 22 tanques de 12 Associações de produtores, localizados nos Municípios de Mercês, Silveirânia, Paiva, Guarani, Rio Novo, Goianá e Santos Dumont, sob supervisão da Emater-MG.

No período de janeiro de 2002 a março de 2003 foram coletadas amostras mensais do leite dos tanques para análises microbiológicas (contagem total de bactérias, contagem de bactérias psicrótróficas, termodúricas e de coliformes totais), físico-químicas (densidade, crioscopia, acidez titulável e estabilidade ao alizarol a 72° GL), de composição (teores de proteína, gordura, lactose e sólidos totais) e contagem de células somáticas.

Além das análises laboratoriais, foram realizadas reuniões técnicas com a equipe do projeto e com os presidentes das Associações de Produtores para apresentação e discussão dos resultados, e palestras em dias de campo para apresentação dos resultados e conceitos sobre contaminação microbiana do leite, higiene da ordenha e papel da refrigeração na conservação do leite cru.

No segundo ano de desenvolvimento do projeto, será dada continuidade às análises do leite do conjunto de produtores e iniciada a análise do leite dos produtores individuais, com a coleta de informações sobre os processos de

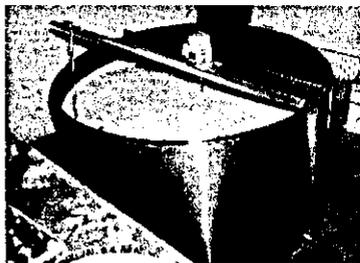
higiene da ordenha, para relacioná-los aos possíveis problemas de contaminação microbiana do leite do conjunto.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Os principais resultados parciais obtidos são os seguintes:

Análises físico-químicas – Estabilidade ao alizarol 72° GL: 45 das 335 amostras de leite analisadas (13,4%) apresentaram alteração (ácido, alcalino ou floculação); Acidez titulável: 48 de 335 amostras de leite analisadas (14,3%) estavam fora da faixa de 0,14 a 0,18; Índice crioscópico: 15 das 329 amostras (4,6%) apresentavam indicação de fraude por adição de água, outras duas não deram leitura devido a acidez elevada; Proteína, g/100g: 6 das 328 amostras (1,8%) estavam abaixo de 2,9 (2,70 a 2,89); Matéria gorda, g/100 g: todas amostras estavam acima de 3,0.

Análises microbiológicas – Contagem total de bactérias: somente 69 amostras de um total de 345 (20%) apresentaram contagens abaixo de 1.000.000 ufc/ml; contagem de bactérias psicotróficas: quatro das 308 amostras analisadas apresentaram contagens abaixo de 30.000 ufc/ml (9.500; 20.000 e duas com 26.000 ufc/ml). As demais amostras apresentaram contagens altas, isto é, acima de 30.000 ufc/ml. Contagens altas de bactérias psicotróficas indicam deficiência nas práticas de higiene da ordenha. Podem estar associadas também à refrigeração inadequada do leite ou à má qualidade microbiológica da água; contagem de bactérias termodúricas: 145 das 308 amostras analisadas (47%) apresentaram contagem £1.000 ufc/ml. O limite de 1.000 ufc/ml é considerado normal para o leite cru em outros países. Contagens elevadas de bactérias termodúricas podem estar associadas a tetas sujas; contagem de coliformes totais: 38 das 308 amostras analisadas (12%) apresentaram contagens abaixo de 500 ufc/ml. O limite de 500 ufc/ml é considerado normal para o leite cru em outros países. Contagens elevadas de coliformes estão associadas à contaminação da cama e das tetas com fezes ou à má qualidade microbiológica da água; contagem de células somáticas: 91 das 329 (28%) amostras analisadas apresentaram contagens £400.000/ml. Somente dez amostras estavam acima de 1.000.000/ml. Um dos tanques apresentou contagens bacterianas inferiores em relação aos demais. Esse tanque foi organizado, desde seu início, com a preocupação com a qualidade do leite. Existe uma série de compromissos dos produtores para se obter o leite com maior atenção à higiene e a entrega imediata do leite no tanque após a ordenha.



A cada meia hora, o agitador é acionado automaticamente, por um período de 50 minutos. Tanque com capacidade para 3.000 litros.



Plataforma de recepção do leite, com banheiro.



Na plataforma de recepção, o leite é coado antes de ir para o tanque.

Rota 040 – programa Sebrae de artesanato

Cláudia Maria S. L. Magalhães

José Avelino Esteves

Valcinéia de Oliveira

Introdução/Histórico

Este projeto tem como objetivo fomentar ações de desenvolvimento setorial regional, por meio do artesanato e turismo, nos municípios que margeiam a Rodovia BR 040, no trecho compreendido entre Carandá (MG) e Duque de Caxias (RJ), inserindo e preparando as comunidades para o cenário econômico e social do mercado brasileiro.

No trecho geográfico sob a responsabilidade do Sebrae-MG, o Programa de Artesanato está sendo implantado em oito municípios, dos originários 15 propostos na elaboração do projeto, que apresentam as precondições necessárias para o desenvolvimento do artesanato como setor dinâmico da economia regional. Os municípios nos quais já se iniciaram ou já têm previstas as ações do Programa Sebrae de Artesanato (PSA) são os seguintes: Barbacena, Oliveira Fortes, Piau, Lima Duarte, Santos Dumont, Juiz de Fora, Bicas e Matias Barbosa.

Nesses municípios existem grupos de artesãos com características empreendedoras definidas, técnicas e/ou matérias-primas com potencial para a criação, ou consolidação, de uma identificação territorial, fundamental na lógica do “marketing territorial”. Porém, as barreiras culturais ao associativismo e o desconhecimento das práticas de gestão e comercialização impedem o desenvolvimento do artesanato.

A partir das ações do Rota 040, pretende-se aproveitar as vantagens comparativas dos produtos artesanais da região, reorganizando o processo produtivo e

estruturando canais de comercialização. Todo esse trabalho é orientado pela lógica do associativismo.

Entidades participantes: Sebrae; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Cenatur (Empresa de Turismo de Barbacena); Escritório Emater de Paiva; Agência de Desenvolvimento de Santos Dumont; Prefeitura Municipal de Oliveira Fortes; Prefeitura Municipal de Piau; Prefeitura Municipal de Matias Barbosa e Prefeitura Municipal de Bicas.

Fases de desenvolvimento do projeto/atividade

Cada município, por contingências logísticas ou perfil do grupo, encontra-se em uma fase específica do PSA, que contempla um programa de capacitação empreendedora e paralelamente ações para identificação e desenvolvimento de canais de comercialização:

Etapas	Carga Horária
Palestra de Sensibilização e reconhecimento local	12 horas
Diagnóstico do Setor Artesanal e Matéria-Prima	16 horas
Comportamento	24 horas
Associativismo/Cooperativismo	60 horas
Design	112 horas
Gestão Empresarial	36 horas
Comercialização	12 horas
Total	260 horas

Hoje o Rota 040 atende 185 artesãos nas oito cidades. Esses artesãos deverão ser multiplicadores do projeto. Em três cidades já existe um processo maduro de criação de uma associação para atender às demandas dos grupos (Barbacena, Santos Dumont e Juiz de Fora). Em outras três, a associação local está sendo reforçada. Em duas cidades os trabalhos estão no início (Matias Barbosa e Lima Duarte). Em uma segunda fase, pretende-se fomentar a interatividade das organizações associativas para criação de uma rede que aproveite os benefícios da marca Rota 040.

A evolução dos produtos foi testada no Pavilhão do Artesanato da Festa das Rosas (Barbacena – out/2002), Feira Nacional do Artesanato (BH – nov/2002) e na Expopetrópolis (Petrópolis – jun/2003). A variedade de produtos com boa

aceitação no mercado apresentou uma melhora substancial das participações nos eventos de 2002 para a de 2003. Até o término do projeto estão programadas outras participações em eventos com potencial comercial.

Dois grupos (Barbacena e Santos Dumont) já estão negociando, por iniciativa própria, pontos estratégicos de comercialização ao longo da BR 040. Espera-se aproveitar a experiência para fomentar um modelo participativo para os outros grupos.



Reunião de representantes das entidades participantes.



Estande de vendas de município participante (Santos Dumont).



Estande de vendas de município participante (Barbacena).

Agroindústria – Processamento artesanal de tomate seco/desidratado e geléia de tomate

*Tatsumi Nishiyama
Célia Maria Santos Freire*

Introdução/Histórico

Na comunidade há uma concentração de agricultores familiares e suas principais explorações consistem em produtos da Olericultura, principalmente de cultura do tomate, que necessita uso de grande quantidade de insumos (fertilizantes e agrotóxicos). Na maioria das vezes, há a demanda da mão-de-obra das mulheres, que, conseqüentemente, são acompanhadas de suas crianças, sujeitando-se todos ao risco de intoxicação com agrotóxicos, que podem provocar sérios danos à saúde.

Diante deste quadro, surgiu a idéia de criar uma atividade alternativa para as mães, de modo que elas pudessem trabalhar no processamento do tomate. Dessa forma, dedicando-se a uma atividade agroindustrial, com o processamento do produto, poderia ser reduzido o risco de uma intoxicação com defensivos químicos, uma vez que não estariam mais expostas ao contato direto com essas substâncias. Entretanto, o processamento do tomate, em detrimento da venda direta ao mercado, seja por intermédio de atravessadores ou entrega no entreposto comercial, garante também uma chance de aumentar a renda familiar, a partir do momento que o processamento está agregando valor ao produto.

Este projeto visa atender a vários objetivos, tais como:

- 1) Agregar valor ao produto
- 2) Aprimorar o monitoramento do uso de agrotóxicos nas lavouras

- 3) Absorver mão-de-obra das mulheres, diminuindo assim o contato com agrotóxicos
- 4) Evitar que as crianças cheguem nas lavouras
- 5) Aumentar a renda familiar
- 6) Contribuir para uma alimentação segura e para a saúde dos trabalhadores e consumidores

Local de realização: Jacu - Comunidade de Capote – Carandá/MG.

Entidades participantes: Associação de agricultores familiares do Capote, Emater-MG e apoio da Prefeitura de Carandá.

Fases de desenvolvimento do projeto

O projeto tem sido conduzido como uma ação integrada da Associação de agricultores familiares do Capote e da Emater-MG, com o apoio da Prefeitura de Carandá.

A partir de 2001 até meados de 2002, foram realizadas inúmeras visitas, reuniões e até algumas palestras sobre o processamento do tomate em três comunidades (Chácara, Capote e Itacambira).

Em julho de 2002 realizou-se o Curso de Produção Artesanal de Tomate Seco/ Desidratado, que contou com a presença de 13 participantes. Motivada pelo entusiasmo gerado com o aprendizado e pelas perspectivas de promover mudanças a partir do trabalho com o tomate, logo em seguida foi criada uma associação informal, com doze participantes. Para uma melhor definição dos processos de produção e dos meios de comercialização do produto final, em novembro de 2002 foi realizada uma Excursão Técnica a Carmópolis de Minas, contando com o apoio da Prefeitura de Carandá.

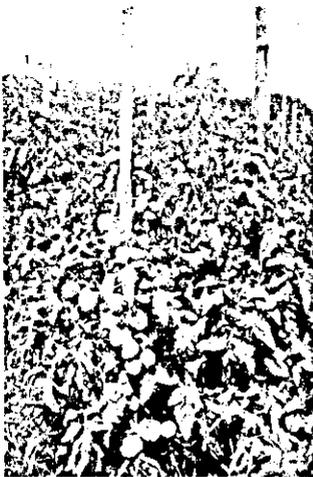
Para a implantação do projeto, foi arrecadado o recurso financeiro de R\$ 70,00 (setenta reais) de cada um dos doze participantes, totalizando o valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais). O recurso foi destinado à aquisição de um equipamento (forno a gás), utensílios, ingredientes e embalagens (potes de vidro). A produção comercial foi iniciada já no mês de novembro de 2002. O processo de produção foi organizado de forma a envolver a mão-de-obra de

todos os membros da associação. Dessa forma, o conjunto de associados foi dividido em quatro grupos de três participantes, com escala de trabalho semanal.

Resultados alcançados e perspectivas futuras

Até o momento, o processamento do tomate fresco para a produção de tomate seco/desidratado, utilizando apenas a polpa do fruto, e da geléia, utilizando a parte interna do fruto, onde ficam alojadas as sementes, tem garantido uma produção semanal de mais ou menos 20 (vinte) potes (de 230 g) de Tomate Seco/Desidratado e 10 potes (de 280 g) de geléia.

À medida que for aumentando a demanda, haverá a necessidade de se construir as instalações mais apropriadas, bem como adquirir um equipamento de maior capacidade de produção. Conseqüentemente, também poderá surgir oferta de mão-de-obra. O grupo tem levado em conta o lema que diz: agregar valor é necessário.



Monitoramento do uso de agrotóxico nas lavouras.



Criação de emprego: evita que as mulheres trabalhem nas lavouras, diminuindo o risco de intoxicação com os agrotóxicos.



Necessidade de constante aperfeiçoamento para produzir o produto de qualidade.

Cooperativa dos Produtores de Leite de Leopoldina de Resp. Ltda.

“Cooperativismo, Profissionalismo e Qualidade”

Introdução/Histórico

A Cooperativa de Leopoldina, detentora da marca Lac, está no mercado há 60 anos. Sua fundação data do longínquo ano de 1943. Está localizada na Zona da Mata mineira, tradicional região de pecuária leiteira.

Há 20 anos, a capacidade instalada da Cooperativa de Leopoldina era de 30.000 l/dia em um espaço de 3.600 m², localizado no centro da cidade de Leopoldina, com uma estrutura de produção completamente arcaica e precária.

Em março de 1982, foram colocadas em atividade as atuais instalações localizadas à margem da Rodovia BR-116, no km 773, numa área total de 86.282 m², e o setor produtivo ocupa 5.677 m², com capacidade instalada de produção de 250.000 l/dia.

Até março de 1993, a Cooperativa de Leopoldina se dedicava a receber o leite dos produtores, empacotar 30% em sacos plásticos de polietileno “leite barrigamole”, produzir 20% em derivados (queijos, manteiga, doce de leite e iogurte), para atender ao mercado local e circunvizinhanças, entregando os 50% restantes, *in natura* às empresas de maior porte para posterior beneficiamento.

Em março de 1994, a Cooperativa de Leopoldina passou a produzir leite UHT, tipo Longa Vida por meio do sistema de terceirização. Em outubro de 1996, a Cooperativa de Leopoldina passou a produzir o leite UHT tipo Longa Vida em

suas próprias instalações. Para alcançar esse objetivo, foram investidos, aproximadamente, R\$ 3.000.000,00.

Com a implantação do leite UHT, tipo Longa Vida, a empresa expandiu seus mercados, passando esses a abranger as Regiões Sudeste e Centro-Oeste, principalmente nas capitais, Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG) e Vitória (ES), bem como as cidades vizinhas do Município de Leopoldina (MG), cidades da Região Serrana e Região dos Lagos (RJ).

No ano de 1999, a Cooperativa de Leopoldina investiu na implantação da coleta de leite a granel, em caminhões acoplados com tanques isotérmicos. Para isso, foram investidos, aproximadamente, R\$ 1.000.000,00.

O quadro de fornecedores da Cooperativa é essencialmente formado por pequenos e médios produtores de leite, conforme segue:

- 69% de pequenos produtores (até 100 l/dia)/(18,8% do volume de leite)
- 26,8% de médios produtores (101 a 500 l/dia)/(39,7% do volume de leite)
- 4,2% de grandes produtores (> 500 l/dia)/(41,9% do volume de leite)

No decorrer dos últimos anos, algumas cooperativas de municípios vizinhos fecharam as suas portas. Com isso, a Cooperativa de Leopoldina se viu obrigada a acolher os pequenos produtores da região, que ficaram sem comprador para a sua produção. Além disso, a Cooperativa de Leopoldina incentivou, apoiou e viabilizou a formação de associações de pequenos produtores de leite. Hoje, a Cooperativa de Leopoldina possui um quadro de 694 associados, todos produtores rurais, abrangendo 32 municípios da Zona da Mata Mineira (OBS.: este número inclui as associações de produtores, como fornecedores individuais).

Local de Realização: Leopoldina e Municípios da Zona da Mata de Minas Gerais

Fases de desenvolvimento do projeto/Atividade

A Lac é uma empresa que sempre pautou sua atuação no intuito de industrializar o leite e seus derivados (leite longa vida, queijos, manteiga, iogurte, coalhada, doce de leite etc.) com o mais alto padrão de qualidade, como é feito atualmente,

em que os processos produtivos são feitos com equipamentos de tecnologia de ponta, totalmente automatizados.

Até o ano de 1993, a Lac sempre esteve ligada a outro laticínio ou cooperativa de maior porte. A partir deste ano, seus diretores perceberam a necessidade de um crescimento mais rápido. Assim, romperam os antigos elos, e partiram para a modernização de seu parque industrial.

Cem por cento de todo o leite que a Lac recebe em sua plataforma chega nos terminais de descarga em caminhões-tanques, isotérmicos, provenientes de 32 municípios diferentes, mantido sob refrigeração de 4 °C, o que garante a qualidade da matéria-prima recebida.

Percebendo as rápidas mudanças nos hábitos de consumo de seus clientes, que cada vez mais exigem produtos saudáveis, a Lac, além dos investimentos feitos em seu parque industrial, tem investido muito na modernização de seu quadro de colaboradores, promovendo a sua reciclagem, capacitação e treinamento. Tem investido também na capacitação e profissionalização de seus produtores, promovendo cursos, palestras e dias de campo e disponibilizando assistência técnica. Tudo isto, para poder colocar sempre à disposição de seus consumidores produtos de alta qualidade.

A Lac possui, em seu quadro de colaboradores, técnicos em laticínios, médicos-veterinários, agrônomos, químicos e outros profissionais com larga experiência no ramo, respaldados por uma diretoria bastante comprometida com os rumos da empresa.

Outro ponto em que a Lac tem muita preocupação é o que diz respeito às questões ambientais. Está sendo desenvolvido na Lac um amplo programa de coleta seletiva de materiais, com ampla participação e comprometimento de todo o quadro de colaboradores. Toda a planta industrial está sendo adaptada para que os resíduos industriais sejam devolvidos à natureza sem agredi-la.

Valores institucionais

Nosso objetivo: fortalecer o cooperativismo.

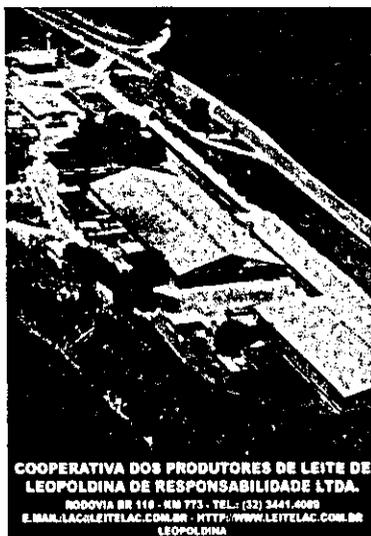
Nossa missão: Incentivar a melhoria de toda a cadeia láctea, promovendo o profissionalismo.

Nossos compromissos:

- ♦ Com a ética: sermos transparentes em nossas atividades;
- ♦ Com a qualidade: buscar a excelência em nossos produtos;
- ♦ Com nossos produtores: promover o aumento da produção e ganhos econômicos, por meio da assistência técnica e do uso de tecnologias adequadas a cada sistema de produção;
- ♦ Com nossos colaboradores: treiná-los e incentivá-los a se aprimorarem cada vez mais;
- ♦ Com nossos parceiros: sermos leais e agirmos com respeito;
- ♦ Com nossos clientes: atendê-los em todos os seus anseios, servindo-lhes produtos de qualidade a preços competitivos;
- ♦ Com o meio ambiente: contribuir intensamente para a sua preservação.

Perspectivas futuras

A Cooperativa de Leopoldina pretende ampliar a sua produção, diversificando-a no que se refere à produção de derivados (queijos, manteiga, coalhada, doce de leite e iogurtes); ampliar as suas instalações; atender aos anseios e expectativas do produtor rural, pela assistência técnica e por incentivos ao aumento de sua produção e geração de novos empregos.



Embrapa

Gado de Leite

Apoio



Mais tecnologia. Mais resultados.

**Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento**

